



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL



EDILENE FÁTIMA SILVA

**A ATUAÇÃO DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA
DURANTE A PANDEMIA: reflexões sobre as estratégias profissionais neste contexto.**

Mariana
Agosto 2023

Edilene Fátima Silva

**A ATUAÇÃO DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE
ASSISTÊNCIA DURANTE A PANDEMIA:** reflexões sobre as estratégias
profissionais neste contexto

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao curso de Serviço Social da
Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP,
como pré-requisito à obtenção do título de
bacharel em Serviço Social.

Orientador(a): Prof.^a M.^a Marina Rodrigues
Corrêa dos Reis.

Mariana
2023

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S586a Silva, Edilene Fatima.

A atuação dos/as assistentes sociais na política de assistência durante a pandemia [manuscrito]: reflexões sobre as estratégias profissionais neste contexto.. / Edilene Fatima Silva. - 2023.
74 f.

Orientadora: Profa. Ma. Marina Rodrigues Correa dos REIS.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Assistência social. 2. COVID-19, Pandemia de, 2020-. 3. Pandemias.
4. Serviço social. I. REIS, Marina Rodrigues Correa dos. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 364,4

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - CRB6a - 1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Edilene Fátima Silva

A ATUAÇÃO DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA DURANTE A PANDEMIA: reflexões sobre as estratégias profissionais neste contexto

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 25 de agosto de 2023

Membros da banca

Mestra Marina Rodrigues Corrêa dos Reis - Orientadora - Universidade Federal de Ouro Preto
Mestra Raquel Mota Mascarenhas - Universidade Federal de Ouro Preto
Assistente Social Glayce Kelly Fieno Melo - (membro externo)

Marina Rodrigues Corrêa dos Reis, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 31/08/2023



Documento assinado eletronicamente por **Marina Rodrigues Correa dos Reis, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 01/09/2023, às 09:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Mota Mascarenhas, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 02/09/2023, às 12:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0584280** e o código CRC **A8B16EDE**.

Dedico esse trabalho às vítimas da Covid-19, em especial os (as) assistentes sociais que
tiveram suas vidas interrompidas pelo vírus.

AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo aos meus pais Bernadete (pelas orações) e José, meus irmãos Ênio, Edinei e principalmente minha irmã Hebe que esteve ao meu lado nesta reta final. Também expresso minha gratidão àqueles que de diferentes maneiras contribuíram para a construção desta monografia.

Ao meu filho Vinícius, agradeço por compreender que em vários momentos precisei fazer escolhas entre assistirmos um filme ou estudar para as provas e atividades da faculdade. Por aceitar que, na correria do meu dia a dia, não foi fácil conciliar as múltiplas tarefas como casa, trabalho, maternidade e faculdade, e sempre ouvir “tenha só um pouco mais de paciência, estou quase lá”. Hoje, realmente posso dizer a você que finalizo essa etapa de formação acadêmica e que iremos aproveitar mais momentos juntos.

Acima de tudo agradeço a Deus, pela sabedoria dada no momento certo, não permitindo que diante dos obstáculos desistisse e parasse no caminho, principalmente diante daqueles comentários que ouvia “vale a pena todo esse sacrifício? Para que você estuda? Vai mudar alguma coisa na sua vida?”, dentre outros.

Agradeço às colegas de turma Ana Paula Dutra, Ângela Silva, Roseli de Souza e Rosângela Pimenta pela amizade e parceria em muitos momentos. Jamais poderia deixar de expressar minha gratidão em especial a Ana Paula Dutra, presente de Deus que conheci dentro da universidade, sempre companheira, escutando meus desabafos e auxiliando em diversos momentos, mesmo fora da sala de aula.

Agradeço à minha orientadora, a professora Me. Marina Rodrigues pela paciência, dedicação e auxílio em todos os momentos deste trabalho. Por aceitarem meu convite e engrandecerem esse debate, agradeço à professora Raquel Mascarenhas, pela escuta sempre atenta e pelos direcionamentos, e a ex-aluna da UFOP Glayce Kelly, que hoje representa os assistentes sociais nas instituições contratantes de trabalho atuando na política de assistência no município de Mariana.

Por fim, agradeço a todos aqueles que acreditaram e estiveram sempre comigo nesta caminhada, torcendo. Termina com um trecho da trilha sonora que nos últimos meses foi motivo de força e coragem.

CORAGEM*

A gente tem coragem pra vencer
A gente não se cansa de lutar
A gente corre atrás e manda ver
Se tem objetivo, vai buscar
Não há nada pra nos abater
Deus está aqui pra nos guiar
Quem sabe faz a vida acontecer
A gente precisa ter fé
E nunca reclamar de dor
Sempre de pé
Mesmo existindo algum dissabor
As pedras não vão impedir
O destino que Deus reservou
Saber resistir é o segredo de um bom vencedor
Pra quê chorar? Melhor sorrir!
Perseverar, não desistir
E ter um pouquinho só de malandragem
A vida vai te balançar
Te questionar, te sacudir
O que ela quer da gente é coragem. ...

* CORAGEM. Intérprete, Diogo Nogueira. Compositores: Frederico Fagundes Fernandes Camacho; Jorge Leandro Pereira Da Silva; Diogo Mendonca Nogueira. *In*: Munduê. Gravadora, Universal Music. 2017.

“Pensar o Serviço Social na contemporaneidade requer os olhos abertos para o mundo contemporâneo para decifrá-lo e participar da sua recriação” (Marilda Villela Iamamoto).

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso, teve como objetivo refletir sobre a atuação dos assistentes sociais com o recorte no âmbito da política de assistência durante o contexto da pandemia de Covid-19. A discussão aborda a trajetória do Serviço Social, de como essa autonomia profissional se mantém diante do momento presente. Neste caso, o período analisado foi diante do contexto mundial da pandemia de Covid-19, que consequentemente agravou as condições de trabalho dos assistentes sociais, inviabilizando o acesso aos direitos da classe trabalhadora. No segundo capítulo apresenta os avanços na Política de Assistência que regulamenta os parâmetros e diretrizes para atuação profissional nos diferentes espaços ocupacionais no campo da assistência social. A metodologia foi aplicada por meio da análise bibliográfica dos artigos publicados entre os anos de 2020 e 2022 que forneceram relatos a partir das experiências dos assistentes sociais que estiveram presentes neste contexto da pandemia de Covid-19. Propõe-se a partir dos dados expostos um novo modelo de trabalho ao uso da tecnologia da informação e comunicação que é colocado no cotidiano dos assistentes sociais. Nesse sentido, se faz necessário analisar a atuação profissional neste momento, sendo possível refletir as estratégias e táticas de trabalho utilizadas por assistentes sociais para o enfrentamento da pandemia, diante do aumento das demandas apresentadas pela população usuária nos diversos espaços sócio-ocupacionais da política de assistência.

Palavras-chaves: Autonomia relativa. Estratégias e táticas profissionais. Pandemia.

ABSTRACT

The aim of this end-of-course paper was to reflect on the work of social workers within the scope of the assistance policy during the context of the Covid-19 pandemic. The discussion addresses the trajectory of Social Work and how this professional autonomy is maintained in the face of the present moment. In this case, the period analyzed was in the global context of the Covid-19 pandemic, which consequently worsened the working conditions of social workers, making access to working class rights unfeasible. The second chapter presents the advances in the Assistance Policy, which regulates the parameters and guidelines for professional action in the different occupational spaces in the field of social assistance. The methodology was applied through bibliographic analysis of articles published between 2020 and 2022 that provided reports from the experiences of social workers who were present in this context of the Covid-19 pandemic. Based on the data presented, a new working model is proposed for the use of information and communication technology in the daily lives of social workers. In this sense, it is necessary to analyze the professional performance at this time, making it possible to reflect on the strategies and work tactics used by social workers to deal with the pandemic, in the face of the increased demands presented by the user population in the various socio-occupational spaces of the assistance policy.

Key words: Relative autonomy. Professional strategies and tactics. Pandemic.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional do Serviço Social
EPIs	Equipamento de Proteção Individual
EPCs	Equipamento de Proteção Coletiva
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNAS	Fundo Nacional de Assistência Social
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
OMS	Organização Mundial de Saúde
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PEP	Projeto Ético- Profissional do Serviço Social
PT	Partido dos Trabalhadores
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: ELEMENTO CENTRAL PARA ANALISAR A AUTONOMIA PROFISSIONAL	19
3. O AVANÇO DO SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL A PARTIR DOS ANOS 2000	34
4. ATUAÇÃO DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DURANTE A PANDEMIA: REFLEXÕES SOBRE AS PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS E TÁTICAS PROFISSIONAIS NESSE CONTEXTO	48
4.1 Os primeiros meses da pandemia no Brasil: o posicionamento do governo federal diante da gravidade da doença	49
4.2 As estratégias e táticas profissionais: os caminhos traçados por assistentes sociais	60
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	66

1. INTRODUÇÃO

O estudo deste trabalho consiste em refletir sobre a autonomia relativa do assistente social na política de assistência durante o contexto da pandemia da covid-19, o objetivo é analisar quais foram as estratégias e táticas profissionais que os assistentes sociais enfrentaram nos espaços sócio-ocupacionais com a chegada do novo coronavírus identificado como Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS-CoV-2) causador da doença Covid-19, que rapidamente se alastrou em vários países e regiões do mundo segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS).

A confirmação dos primeiros casos da doença foi registrada na cidade de Wuhan na China em 2019, o diretor-geral da Organização Mundial de Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus declarava que se tratava de uma “pandemia”, e os próprios diretores da OMS “ressaltaram que a declaração não muda as orientações ¹, e que os governos devem manter o foco na contenção da circulação do vírus”, segundo o Portal G1 (2020, s/p).

Desde que as primeiras medidas começaram a ser adotadas no Brasil em âmbito federal, estadual e municipal, que visavam preparar o sistema de saúde, por meio do distanciamento social, outras medidas foram sendo decretadas com a intenção de conter a disseminação do vírus. As consequências da propagação do vírus diariamente eram registradas com o crescimento do número de casos e mortes confirmados em todo o país, rapidamente a contaminação comunitária do vírus se espalhou, com isso, a rotina de vida e trabalho de várias pessoas modificaram.

O atual cenário cada vez mais caótico ocasionou o distanciamento dos indivíduos com o fechamento de vários serviços presenciais, não sendo diferente nos serviços da assistência social. Com isso houve a necessidade de adaptações diárias de trabalho de assistentes sociais, diante do surgimento às novas demandas apresentadas pelos usuários aos serviços socioassistenciais. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) afirma:

¹ Proteja tomando algumas precauções simples, como manter o distanciamento físico, usar máscara, ventilar bem a casa, evitar multidões, lavar as mãos e tossir para o cotovelo ou para um lenço de papel. (Organização Mundial de Saúde)

[d]esde o início do isolamento físico, ainda em meados de março de 2020, várias foram as demandas recebidas, que buscaram orientações sobre os diferentes aspectos do trabalho profissional, tendo em vista a inesperada “novidade” que se impôs com a propagação da Covid-19. O CFESS e os CRESS passaram a ser demandados a prestar orientações, com relação a diversas dúvidas sobre o exercício da profissão durante a vigência da pandemia. (CFESS, 2021, p. 67)

Nesse sentido, surgiram vários questionamentos sobre o cotidiano profissional a partir deste cenário de pandemia da Covid-19, a pesquisa busca problematizar os impactos causados no período da pandemia para o Serviço Social, quais foram as estratégias e táticas profissionais diante deste novo contexto mundial sanitário de pandemia. Por se tratar de um assunto bastante amplo, o marco temporal deste estudo remete ao período de 2020 até os anos de 2022, por meio dos relatos profissionais dos assistentes sociais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais da política de assistência nos piores momentos da pandemia.

Com a chegada do vírus no Brasil no primeiro trimestre de 2020, a pandemia afetou ainda mais as condições de vida e consequentemente de trabalho, ficando ainda mais evidente o acesso aos serviços prestados à população usuária. Ao visualizar esse cenário, Iamamoto afirma “vivemos tempos sombrios de aprofundamento da crise do capital em um cenário ultraliberal, regressivo e reacionário, potenciado com a pandemia mundial” (IAMAMOTO, *apud* CFESS, 2021, p. 18). Isto é, pode se ver o agravamento das expressões da “questão social” neste contexto diante da crise sanitária.

Observando essas novas condições de trabalho apresentadas aos profissionais, o objetivo geral deste trabalho foi refletir e analisar sobre a autonomia relativa do assistente social na política de assistência durante a pandemia. A área de interesse da pesquisa, portanto, traz reflexões e análises diante das transformações das condições de trabalho que muitos profissionais vivenciaram durante a pandemia da Covid-19. No que tange os objetivos específicos deste trabalho foram: analisar a autonomia relativa do assistente social desde a origem da profissão, discutir os avanços na política de assistência diante do seu desmonte e apresentar quais foram as estratégias e táticas utilizadas pelos assistentes sociais no contexto de pandemia na política de assistência.

A motivação da pesquisa começou a partir do primeiro contato com a prática profissional ligada à política de assistência enquanto estagiária ². Embora não tenha vivenciado a experiência no campo de estágio nos momentos mais críticos da pandemia

² Estágio realizado no Programa Inclusão Produtiva, vinculado a política de assistência da cidade de Mariana- MG.

da Covid-19, o campo de estágio foi fundamental para compreender a autonomia profissional, diante das condições reais de trabalho.

Discutir sobre a autonomia dos assistentes sociais com o recorte na política de assistência no contexto da pandemia foi uma escolha pessoal diante da minha realidade enquanto profissional na área da saúde, sendo que nos primeiros meses as alterações nos protocolos de segurança à saúde eram constantes. A necessidade desse estudo, é refletir como autonomia relativa se sustentou diante das situações concretas, considerando o desmonte na política de assistência, o aumento das demandas vindas dos usuários e as novas adaptações de trabalho vivenciado na pandemia.

A relevância dessa pesquisa para o Serviço Social é analisar que a atuação profissão está sempre em constantes transformações de trabalho diante do atual momento histórico político, social e econômico. Considerando o contexto da pandemia, busca-se refletir e analisar quais foram as estratégias e táticas vivenciadas pelos assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais de trabalho diante das novas expressões da “questão social” vivenciadas pela população usuária dos serviços da política da assistência.

Considero que refletir sobre o cotidiano dos assistentes sociais seja relevante para o Curso de Serviço Social, pois é essencial para a produção de novos conhecimentos, além de acrescentar novas fontes de estudos e pesquisa aos estudantes e profissionais através da Biblioteca Digital de Trabalho de Conclusão de Curso do Serviço Social da UFOP. Principalmente em um panorama de pouca produção de pesquisa sobre o assunto.

A elaboração desta pesquisa foi desenvolvida a partir do método materialismo histórico- dialético com levantamentos e revisões bibliográficas de artigos, revistas por busca realizadas através das plataformas *online*, e livros impressos e *E-BOOKS* minha biblioteca digital da UFOP dos autores de referências do Serviço Social. Após realizar a revisão das produções bibliográficas selecionadas, através da pesquisa exploratória possibilitou problematizar e fomentar o estudo com os diferentes pontos de vista dos autores e assistentes sociais, que durante a pandemia estiveram presentes nestes espaços profissionais de trabalho.

Esta pesquisa foi dividida em três capítulos, o primeiro capítulo discorre “Fundamentos históricos do Serviço Social no Brasil: elemento central para analisar a autonomia profissional” com base na trajetória e fundamentos sócio-históricos a partir da década de 1930 apresentando os importantes marcos na formação do Serviço Social

brasileiro e as principais legislações profissionais nos anos de 1990. As principais literaturas bibliográficas utilizadas para o desenvolvimento deste capítulo foram as obras clássicas do Serviço Social: “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil- Esboço de uma interpretação histórico-metodológica” de Marilda Villela Iamamoto e Raul de Carvalho, o livro “Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64”, de José Paulo Netto. Como também obras bibliográficas de Ana Maria de Vasconcelos, Maria Carmelita Yazbek, Yolanda Guerra e autores que são grandes referências do Serviço Social que contribuíram para a construção desse debate.

O segundo capítulo busca dialogar sobre a autonomia relativa profissional dos assistentes sociais por meio do alargamento da política de assistência social no país. Para isso é essencial trazer para o estudo o momento político, econômico e social que ocorreu antes dos anos de 2000, com as privatizações das estatais nacionais ocorridas nos governos neoliberais nos finais dos anos de 1990. Para discutir a autonomia profissional e o alargamento dessas políticas, o capítulo II discute “O avanço do Serviço Social e a política de assistência social no Brasil a partir dos anos 2000”.

Para esse estudo as principais referências revisadas foram as obras do livro “Política Social: Fundamentos e história” de Elaine Rossetti Behring e Ivanete Boschetti, as legislações da Política Nacional de Assistência Social de 2004 (PNAS), Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS) de 2005 que regulamenta o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a Resolução de Nº 493 de 2006 e a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais de 2009.

Além disso, é importante discutir neste segundo capítulo os retrocessos que ocorreram no final da década de 2020, ao situarmos no contexto político em que o país se encontrava durante o governo Bolsonaro, deparamos com os cortes das verbas orçamentárias, que afetaram diretamente as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, incluindo os assistentes sociais que estavam atuando durante a pandemia. Nesse sentido, é necessário compreender a autonomia relativa de assistentes sociais diante desse declínio das políticas defendidas pelo presidente ultraneoliberal do governo Bolsonaro, que impactaram as condições de trabalho dos profissionais na política de assistência nos diferentes espaços sócio-ocupacionais no contexto da Covid-19.

O terceiro capítulo analisa a “Atuação dos/as assistentes sociais na política de assistência durante a pandemia: Reflexão sobre as principais estratégias e táticas profissionais nesse contexto”, para o estudo do terceiro capítulo, a meta estipulada foi analisar trinta artigos que trouxeram para a discussão as experiências dos assistentes

sociais que estiveram atuando na política de assistência durante a pandemia. Dos trinta artigos analisados, vinte três trabalhados no terceiro capítulo apresentaram informações necessárias para a construção do debate.

Para compreender como essa autonomia relativa profissional foi realizado o recorte temporal das revisões bibliográficas publicadas durante o período de 2020 a 2022 de artigos, notas publicadas das principais revistas do Serviço Social como: Serviço Social em Revista (Londrina), Revista SER Social - UNB, Textos & Contextos (Porto Alegre) - PUCRS, O Social em Questão - Revista do Departamento de Serviço Social da PUC-RIO, Educação em Foco - UFJF, Revista Temporalis-ABEPSS, Revista Serviço Social & Sociedade- Editora Cortez e entre outras da plataforma do Periódicos CAPES. Além dos documentos produzidos pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais do Serviço Social (CRESS), artigos publicados nos ANAIS do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) de 2022. Assim como também o estudo da obra “Estratégias e Táticas: Reflexões no Campo do Serviço Social”, de Luciana Gonçalves Pereira de Paula.

Para discutir a relação entre capital e trabalho na contemporaneidade também neste capítulo, o autor Ricardo Antunes com o livro “O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital”, apresenta a nova configuração do trabalho “Com o avanço das tecnologias da informação e comunicação (TICs)” (ANTUNES, 2018, p. 24). As contribuições da leitura do livro de Antunes possibilitaram refletir a autonomia relativa profissional dos assistentes sociais durante o período da pandemia em que muitos profissionais precisaram atuar de maneira “*on-line*” diante do atual cenário da Covid-19.

Em seguida, foram realizadas as considerações finais, apresentando os dados após análises das referências bibliográficas utilizadas para o estudo da pesquisa, trazendo indicativos para essa pesquisa qualitativa. Considerando os resultados obtidos ao longo da análise dos dados, no que diz respeito ao posicionamento profissional diante das demandas agravadas na pandemia, foi possível observar a atuação ligada às práticas conservadoras, imediatistas e pragmáticas dos assistentes sociais neste contexto. Contudo, o momento também trouxe aos profissionais refletir sobre quais estratégias e táticas traçadas para planejar as ações a fim de, viabilizar o acesso aos direitos e serviços para a população usuária diante dos desafios contemporâneos.

2. FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: ELEMENTO CENTRAL PARA ANALISAR A AUTONOMIA PROFISSIONAL

Para compreender a autonomia profissional é necessário entender a trajetória sócio-histórica do Serviço Social no Brasil, a partir da “reprodução das relações sociais”. Como aponta Iamamoto, Carvalho:

[é] na vida em sociedade que ocorre a produção. *A produção é uma atividade social*. Para produzir e reproduzir os meios de vida e de produção, os homens estabelecem determinados vínculos e relações mútuas, dentro e por intermédio dos quais exercem uma ação transformadora da natureza, ou seja, realizam a produção...A relação entre os homens na produção e na troca de suas atividades varia de acordo com o nível de desenvolvimento dos meios de produção. Tais relações se estabelecem, portanto, em condições históricas determinadas, nas quais os elementos da produção articulam-se de forma específica. Assim sendo, *a produção social é essencialmente histórica*. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 35-36, grifos dos autores)

Ou seja, o “ser social” é o ponto principal de partida para a “reprodução das relações sociais”, segundo Barroco (2010, p. 19) “[...] o ser social passa a construir mediações — cada vez mais articuladas —, ampliando seu domínio sobre a natureza e sobre si mesmo”. Neste sentido, percebe-se que é através do homem por meio das transformações da natureza que se passa a determinar sua forma de existência social. Trata-se de um processo histórico a adaptação dos homens à natureza, visto que, é por meio das modificações da natureza que o homem passa a suprir suas necessidades vitais através do trabalho, rompendo sua primitividade de ser natural, como também, o diferenciando do animal, este salto ontológico torna o homem capaz de maneira consciente projetar e desenvolver atividades desde as mais simples até as mais complexas (BARROCO, 2010).

Dessa forma, o comportamento do “ser social” com o mundo da natureza marca a concretização humana do homem com o trabalho, a potencialidade teleológica permite que consiga através do trabalho transformar os objetos atendendo a satisfação das necessidades humanas. Esse processo de sociabilidade caracteriza a evolução da capacidade de produção e reprodução, de maneira específica da atividade humana, os homens constroem a própria história por meios das circunstâncias por ele escolhida desde o trabalho até às práxis sociais (BARROCO, 2010).

Em algumas obras escritas por Marx em parceria com Engels, escreveram suas críticas³ as quais se referiam ao materialismo histórico para explicar e compreender a questão da consciência, que de fato não é a consciência do ser que se constrói o ser social, mas pelo contrário o ser social que constrói a consciência. De como podemos diferenciar os homens de outros animais, não pela consciência, mas como os meios da natureza são transformados, assim produzindo a própria vida material (MARX; ENGELS, 2007).

O homem para viver, primeiramente precisará produzir as próprias condições de vida material como: alimento, moradia, bebida, roupa e aquilo que achar necessário para sobreviver, a questão material de fato é como homens e mulheres produzem sua condição de existência, sua consciência determina como a sociedade funciona (MARX; ENGELS, 2007).

O processo de transformação da natureza caracteriza a evolução do surgimento da capacidade e organização da produção e reprodução passíveis do aprimoramento na medida em que se reproduz um mundo próprio. Esse processo pode ser compreendido como o processo do trabalho dentro da sociedade que constitui a sociabilidade “Ora, todas as formas de sociabilidade e de consciência geradas a partir do trabalho supõe relações sociais, como diz Marx” (BARROCO, 2010, p. 34).

Com efeito disso, esse processo o homem foi construindo a sociedade capitalista e isto significa que “O processo capitalista de produção expressa, portanto, uma maneira historicamente determinada de os homens produzirem e reproduzirem as condições materiais da existência humana e as relações sociais através das quais levam a efeito a produção” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 36). E conforme eles acrescentam:

[n]a sociedade de que se trata, o capital é a relação social determinante que dá a dinâmica e a inteligibilidade de todo o processo da vida social. Sendo o capital uma relação social, supõe o outro termo da relação: o trabalho assalariado, do mesmo modo que este supõe o capital. Capital e trabalho assalariado são uma unidade de diversos; um se expressa no outro, um recria o outro, um nega o outro. O capital pressupõe como parte de si mesmo o trabalho assalariado. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 37)

Hoje, o que podemos perceber é que o atual modelo de produção de trabalho já tinha sido observado por Marx no final do século XIX, quando em seus estudos

³ Crítica aos pensamentos dos seguidores “jovens hegelianos” e principalmente os representados pelos filósofos daquela época como Bruno Bauer, Ludwig Feuerbach e Max Stirner.

descrevia a exploração da força de trabalho da classe operária dominada pela classe burguesa (MARX, 2011). Durante sua vida e estudos da economia política, Marx aos poucos foi esclarecendo que o mundo do trabalho no capitalismo se baseia na propriedade privada e no trabalho.

Para a sociedade burguesa o trabalhador é a célula central no processo de produção, pois produz toda a riqueza vendendo sua força de trabalho. O trabalho é alienado ao trabalhador, a ele somente é pago em forma de salários as mercadorias produzidas, sequer pode usufruir da riqueza produzida pois, os lucros não são atribuídos aos trabalhadores (MARX, 2008). Nas palavras de Iamamoto, Carvalho (2014, p. 69) escrevem que, “Para a classe capitalista a fonte de seu lucro não provém de expropriação da vida humana da classe trabalhadora, mas, sim, de um mero mecanismo de mercado”. Marx (2008) escreveu em suas diversas obras sobre o processo de exploração de trabalho que se complexifica na contemporaneidade, em que o trabalhador vende sua força de trabalho, Conforme Iamamoto, Carvalho afirmam, destaco:

[o] que nos interessa aqui é destacar as *relações sociais através das quais este processo se realiza*. Para tanto, devemos considerar não o capitalista e o trabalhador individualmente, *mas o conjunto dos capitalistas e dos trabalhadores*, enquanto *classes sociais* que personificam categorias econômicas: o capital, o trabalho e o seu antagonismo. E, ainda, considerar o *processo de produção na sua continuidade*, isto é, na *sua reprodução* (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 52, grifos dos autores).

Dessa forma, a partir da correlação de força entre capital e trabalho marca a trajetória do Serviço Social no Brasil como profissão, nesta perspectiva histórica da profissão “Trata-se de um esforço de captar o *significado social dessa profissão na sociedade capitalista*, situando-a como um dos elementos que participa da reprodução das relações de classes e do relacionamento contraditório entre elas” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014 p. 77, grifos dos autores).

Isso aconteceu devido aos interesses distintos entre capital e trabalho, afirmado por Marx em “O Capital”, o processo de trabalho é apenas uma condição de sobrevivência, o trabalhador não se reconhece neste processo de reprodução em que o capital dispõe de dinheiro e meios de produção no qual o homem é explorado da sua própria força de trabalho. Isso significa que a reprodução não acontece somente das mercadorias, mas sim da reprodução das relações sociais, conforme Netto, Braz definem: “Por isso mesmo, a produção capitalista não é tão somente produção e

reprodução de mercadorias e de mais-valia: é produção e reprodução de relações sociais.” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 149). Ou seja, a produção capitalista está diretamente ligada no trabalho assalariado, mediada por condições gerais de quem pode comprar a força de trabalho e quem é obrigado a vender a força de trabalho. E eles ainda acrescentam como através de Marx explicam:

[o] processo de produção capitalista reproduz [...], mediante seu próprio procedimento, à separação entre a força de trabalho e condições de trabalho. Ele reproduz e perpetua, com isso, às condições de exploração do trabalhador. Obriga constantemente o trabalhador a vender sua força de trabalho para viver e capacita constantemente o capitalista à comprá-la para se enriquecer. [...] O processo de produção capitalista, considerado como um todo articulado ou como processo de reprodução, produz, por conseguinte não apenas a mercadoria, não apenas a mais-valia, mas produz e reproduz a própria relação capital, de um lado o capitalista, do outro o trabalhador assalariado”. (MARX, 1984 *apud* NETTO; BRAZ, 2012, p. 150).

Foi através desse processo de “reprodução das relações sociais” que no Brasil a trajetória do Serviço Social teve início diante do crescimento econômico e industrial após a crise mundial de 1929 com o fim da “República Velha”. A queda da República Velha da oligarquia política do café com leite favoreceu “A Era Vargas”, mais especificamente no seu segundo governo, em que começou a planejar o processo da industrialização pesada no Brasil. Posteriormente, esse processo de desenvolvimento industrial com abertura das multinacionais foi aprofundado no governo de Juscelino Kubistchek, com o crescimento das indústrias no Brasil acelerou também o aumento da desigualdade de classe. Para Iamamoto e Carvalho (2014, p. 136) “aparecem como momentos centrais de um processo que leva a uma reorganização das esferas estatais e econômicas, apressando o deslocamento do centro motor da acumulação capitalista das atividades de agro exportação para outras de realização interna”. Esse momento de aceleração do desenvolvimentismo nacional, portanto, contribui para o crescimento econômico e urbanização dos centros, ao mesmo tempo que aumenta a desigualdade social.

A partir desse contexto histórico marcado por várias transformações políticas, sociais e econômicas ocorridas no país com grandes avanços no processo de industrialização, com a vinda da mão de obra do campo para os grandes centros urbanos industriais, começa a se escrever a trajetória da profissão do Serviço Social no Brasil que nasce para o enfrentamento das expressões da “questão social”. É possível definir o significado das expressões da “questão social” a partir dos conceitos:

[a] questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 83-84)

Para Yazbek, a “questão social” sempre esteve entrelaçada na contradição da sociedade capitalista, desde o surgimento da sociabilidade. A sociedade do capital dispõe dos meios de produção e dos lucros produzidos, enquanto a classe trabalhadora dispõe da força de trabalho. A autora acrescenta que:

[a] Questão Social é expressão das desigualdades sociais constitutivas do capitalismo. Suas diversas manifestações são indissociáveis das relações entre as classes sociais que estruturam esse sistema e nesse sentido a Questão Social se expressa também na resistência e na disputa política (YAZBEK, 2009, p. 3)

A partir da reprodução das relações sociais é possível afirmar que as expressões da “questão social” estão diretamente ligadas ao modo de produção posto pelo sistema capitalista. Netto em o “Capitalismo Monopolista e Serviço Social”, aponta que no Brasil essas transformações na economia aconteceram em um determinado período, quando o capitalismo monopolista sobrepõe o capitalismo concorrencial. Estas transformações do capitalismo monopolista começaram a se expandir devido ao crescimento urbano industrial, e como consequência dessas mudanças resultou um conjunto de expressões da “questão social” (NETTO, 1996).

Sendo de fato, “esse novo momento econômico” marcado pela contradição entre o capital e trabalho, com o crescimento da industrialização e urbanização nos centros das cidades a partir do século de XX, a pobreza já existente começa a tomar grandes proporções. Os trabalhadores começaram a tomar iniciativas sobre as condições de vida geradas pelo capitalismo, o cenário de pauperismo era vivenciado pelas condições precárias de moradias, saneamento básico e saúde, como também pelas condições de trabalho, tanto homens, mulheres e até mesmo crianças sendo explorados a longas jornadas diárias de trabalho, com ritmo acelerado de produção e pelas condições insalubres de trabalho (NETTO, 1996).

Com efeito disso, a classe trabalhadora através da organização e luta começam a reivindicar melhores condições de vida e trabalho, visto que a miséria e a insatisfação

dos operários evidenciaram as expressões da “questão social” durante esse período. A classe trabalhadora vendia sua força de trabalho para a burguesia e os salários recebidos eram bem menores aos que eles produziam, que não supriam as necessidades básicas de sobrevivência. Enquanto para a burguesia aumentava a concentração de renda, no entanto, a classe trabalhadora sofria com as consequências das expressões da “questão social” (NETTO, 1996).

A emergência da profissão do Serviço Social no Brasil surge para o enfrentamento das expressões da “questão social”, com efeito, no processo de industrialização no país no início da década de 1930 como respostas para a classe trabalhadora da contradição entre o capital e o trabalho. A origem do Serviço Social no Brasil está diretamente ligada ao aumento das expressões da “questão social”, a profissão nasce para administrar essas refrações ao modelo de produção da sociedade do capital. Uma vez que, até então os serviços oferecidos para a classe trabalhadora eram realizados por meio de ações de “caridade” da Igreja Católica.

Embora as ações de “caridade” fossem realizadas pelas “moças e senhoras”, de bons princípios, costumes e práticas religiosas, no entanto para a Igreja Católica as expressões da “questão social” eram vistas como “problema moral do sujeito”, Yazbek argumenta:

[e]ssa relação vai imprimir à profissão que se inicia a um caráter conservador e de apostolado apoiado em uma abordagem da questão social como problema moral, como um conjunto de problemas sob a responsabilidade individual dos sujeitos que o vivem(...) Trata-se de um enfoque individualista, psicologizante e moralizador da questão social, que terá como referenciais orientadores do pensamento e da ação de emergente profissão o pensamento social da Igreja (doutrina social da Igreja) de cunho humanista conservador e contrário aos ideários liberal e socialista (YAZBEK, 2019, p. 52).

Como vimos, a profissão do Serviço Social brasileiro nasce dentro dos princípios de caráter doutrinário religiosos conservadores, “a implantação do Serviço Social se dá no decorrer desse processo histórico” (...), que “surge da iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam, principalmente, por intermédio da Igreja Católica” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 135). No início a prática dos assistentes sociais tinha como base as orientações teóricas fundadas nos princípios conservadores tradicionais ligados às doutrinas cristãs da Igreja Católica com influência no Tomismo e Neotomismo, conforme aponta Yazbek:

[d]estaca-se nesse processo a publicação da encíclica *Rerum Novarum*, (...), que representa, um posicionamento da Igreja Católica face à modernidade. Negando a proposta socialista, a encíclica afirma o pensamento da Igreja Católica como único caminho para a solução da questão social. (...). Esse pensamento doutrinário, que tem sua fonte na doutrina social da Igreja, vai encontrar no ideário franco-belga de ação social e no pensamento de São Tomás de Aquino (século XII) o tomismo e o neotomismo (...) bases para a formação dos primeiros assistentes sociais brasileiros. São princípios tomistas: a natural dignidade do ser humano, sua perfectibilidade, sua sociabilidade que deve ser direcionada para a construção do bem comum, sua inteligência racional, entre outros. Esses princípios vão compor a perspectiva de um “humanismo integral” de Jacques Maritain em humanismo em bases cristãs. Do ponto de vista de intervenção, o método da ação católica de abordagem da realidade era a referência: ver, julgar e agir (YAZBEK, 2019, p. 52-53).

Ainda nesse período de 1940, a profissão do Serviço Social “amplia suas áreas de ação, assume um lugar na execução das políticas sociais públicas” (YAZBEK, 2019, p. 56). É quando o Estado neste papel contraditório assume o enfrentamento das expressões da “questão social”, que se torna pública a partir das reivindicações da classe trabalhadora pelos seus direitos. No entanto, para o Estado o conjunto das expressões da “questão social” não são consequências decorrentes do capitalismo monopolista, tanto, que o Estado não rompe com a esfera privada (NETTO, 1996). A atuação do Estado tinha como foco os fatores econômicos, assim garantindo a lucratividade do capital, como também garantia o controle e reprodução do trabalho explorado da classe trabalhadora. Netto apresenta esse caráter contraditório do papel do Estado, conforme descreve:

[a] necessidade de uma nova modalidade de intervenção do Estado decorre primariamente, como aludimos da demanda que o capitalismo monopolista tem de um vetor extra-econômico para assegurar seus objetivos estritamente econômicos. O eixo da intervenção estatal na idade do monopólio é direcionado para garantir os superlucros dos monopólios — e, para tanto, como poder político e econômico, o Estado desempenha uma multiplicidade de funções” (NETTO, 1996, p. 21).

O agravamento das expressões da “questão social” acontecia simultaneamente com o crescimento industrial no país, colocando no centro a classe trabalhadora que traz consigo novas lutas pelos direitos sociais. Diante dessa realidade social, o Estado que deveria atuar como um transformador enquanto administrador das políticas públicas sociais, se revela de maneira contraditória aos interesses distintos entre capital e trabalho. Isso significa que o papel que o Estado assume apenas em manter o controle da ordem social, de fato, o Estado apenas cumpre a função de criar leis de interesses da burguesia para apaziguar a luta da classe trabalhadora através das reivindicações dos

seus direitos. Sendo um Estado conivente à burguesia, juntos eles agem nas decisões defendendo os interesses particulares dos setores privados, o que não supera o modo capitalista.

O Estado assume paulatinamente uma organização corporativa, canalizando para sua órbita os interesses divergentes que emergem das contradições entre as diferentes frações dominantes e as reivindicações dos setores populares, para, em nome da harmonia social e desenvolvimento, da colaboração entre as classes, repolitizá-las e discipliná-las, no sentido de transformar num poderoso instrumento de expansão e acumulação capitalista (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 161).

Mészáros (2009) apresenta em suas teses, como o capital consegue articular seus interesses na sociedade pois ele visa manter sua estrutura de reprodução. É necessário que diante desses conflitos existentes, o Estado utilize mecanismos coercitivos para manter a produção visando o objetivo da mais-valia através dos lucros. Mészáros ainda destaca como funciona o planejamento dentro da sociedade capitalista que tem como caráter *post-festum*, assim o Estado age simulando o enfrentamento das expressões da “questão social” via políticas públicas que são parciais, paliativas e não tratam a essência.

É neste contexto histórico de “reprodução das relações sociais”, que o Estado passa a requerer um profissional qualificado capaz de executar as políticas públicas sociais. A profissão do Serviço Social aparece como respostas para as demandas da classe trabalhadora.

É pressionado no sentido de desenvolver ações no âmbito social e passa a intervir diretamente no processo de reprodução das relações sociais, assumindo o papel de regulador dessas relações, tanto na viabilização do processo de acumulação capitalista, como no atendimento de necessidades sociais da população. [...] Assim, pela criação de políticas no campo social, abre-se no Estado, para o emergente Serviço Social brasileiro, um mercado de trabalho que vai ampliar suas possibilidades de intervenção mais além dos trabalhos de ação social até então implementados no âmbito privado sob o patrocínio da Igreja Católica (YAZBEK, 2019, p. 56).

A consolidação da profissão do Serviço Social passa a ser reconhecida, a partir da “divisão social do trabalho”. Em um determinado momento servindo ao capital sem questionar a atuação profissional, posteriormente a profissão do Serviço Social foi construindo uma postura (autonomia) crítica diante daquilo que o modo de produção capitalista gera.

O Serviço Social no Brasil, embora regulamentado como uma profissão liberal⁴, não tem uma tradição de prática peculiar às profissões liberais na acepção corrente do termo. O Assistente Social não tem sido um profissional autônomo, que exerça independentemente suas atividades, dispondo das condições materiais e técnicas para o exercício do seu trabalho e do completo controle sobre o mesmo, seja no que se refere à maneira de exercê-lo, ao estabelecimento da jornada de trabalho, ao nível de remuneração e, ainda, ao estabelecimento do “público ou clientela a ser atingida” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 86).

“A profissão não se caracteriza apenas como nova forma de exercer a caridade, mas como forma de intervenção ideológica na vida da classe trabalhadora” (IAMAMOTO, 2022, p. 22). Isso começa a refletir sobre a autonomia profissional por meio da aproximação teórica da tradição marxista fundamental para pensar o posicionamento do assistente social, desvinculado do conservadorismo tradicional.

A autonomia do assistente social lhe permite se posicionar como um agente transformador da realidade social. O que se fortalece a partir dos anos de 1960 quando o Serviço Social começa a repensar a profissão através do Movimento de Reconceitualização ocorrido nos países latino-americanos, e no Brasil foi por meio do Movimento de Renovação, principal marco para refletir a profissão desde sua gênese. Os responsáveis por esse processo de reformulação da profissão foram grupos compostos pelos assistentes sociais que passaram a questionar o Serviço Social tradicional em sua vertente conservadora, que posteriormente através da primeira manifestação pública ficando conhecida como o “Congresso da Virada” os assistentes sociais desenvolveram um novo projeto profissional, assim rompendo com o conservadorismo tradicional católico.

É importante ressaltar, que nesse contexto sócio-histórico, político e cultural o Brasil vivia o período do regime da Ditadura Militar (1964-1985) momentos de profundas mudanças no cenário político. O autoritarismo dos generais com os presidentes, a autocracia burguesa dizia que era necessário livrar o país da ameaça comunista e restabelecer a hierarquia, “O perigo comunista era a desculpa mais usada para justificar a repressão” (CARVALHO, 2012, p. 61). O governo se orientava pela Doutrina de Segurança Nacional, no qual seus objetivos eram combater o comunismo na América. Com efeito disto, foram aparecendo vários outros movimentos de grupos sociais como estudantes, artistas, intelectuais e trabalhadores que reagiram contra o

⁴ A portaria n.35, de 19-4-49, do Ministério de Trabalho, Indústria e Comércio enquadra o Serviço Social no 14º grupo de profissões liberais. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 86, conceito de liberal definido pelos próprios autores do livro).

regime militar expressando e denunciando a realidade social através da música, teatro, pintura e cinema que reivindicavam a liberdade e os direitos (CARVALHO, 2012).

Diante desse contexto histórico da política conturbado pela repressão, dominação e crise ocorridas durante a Ditadura Militar como “consequência foi que, ao final, as desigualdades tinham crescido ao invés de diminuir” (CARVALHO, 2012, p. 168). Já a trajetória do Serviço Social acontecia por meio do Movimento de Renovação do Serviço Social, as transformações expressam por meio das três vertentes seguintes: Modernização Conservadora, Reatualização do Conservadorismo e Movimento de Intenção de Ruptura. Este processo conforme Netto explica pode ser compreendido como:

[e]ntendemos por renovação o conjunto de características novas que, no marco das constrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e de sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais (NETTO, 2005. p. 131).

Com efeito ao processo de “reprodução das relações sociais”, que a partir das vertentes do Movimento de Renovação do Serviço Social que os profissionais se organizaram através de encontros e seminários para discutir a profissão por meio da primeira vertente Modernizadora elaboram dois importantes documentos como o Documento de Araxá (1967) e o Documento de Teresópolis (1970), nessa perspectiva da vertente Modernizadora os documentos formulados ainda tinham traços conservadores.

A segunda vertente, Reatualização do Conservadorismo, teve como principais marcos os Seminário de Sumaré (1978) e Seminário do Alto da Boa Vista (1984), “o Serviço Social é posto como uma intervenção de que se inscreve rigorosamente nas fronteiras da ajuda psicossocial” (NETTO, 2008, p. 206). Ou seja, a profissão ainda mantinha o conservadorismo tradicional. E por último a terceira vertente, a Intenção de Ruptura com o principal marco o Método de BH, como o próprio nome da vertente expressa a ruptura com a herança do conservadorismo tradicional. Todos esses documentos elaborados pelos assistentes sociais que participaram na construção das vertentes que compõem o Movimento de Renovação, apresentaram um novo olhar ao Serviço Social representando a “autoimagem” da autonomia profissional. Como Netto destaca, para direcionar os assistentes sociais em suas ações profissionais, tais

mudanças e transformações foram representativas e nos mostra o quanto todo esse processo trouxe um novo olhar a profissão:

[o]s projetos profissionais [inclusive o projeto ético-político do Serviço Social] apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (NETTO, 1999, p. 95).

Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade “expressa à contradição existente entre os interesses do capital e do trabalho, uma vez que a produção é social e a apropriação dessa produção é privada, contradição própria do capitalismo” (TEIXEIRA, 2009, p. 72). Assim a profissão nos anos de 1990 avança construindo e reformulando as atuais legislações como: o Código de Ética do/a Assistente Social de 1993 regulamentado pela Lei 8.662/93, orientam os assistentes sociais quanto às atribuições e competências privativas do Serviço Social através dos princípios fundamentais. O código de ética profissional construído coletivamente ao longo da história pelo Serviço Social assegura os direitos, deveres e valores profissionais, direcionando o exercício profissional a interpretar a realidade de maneira crítica diante das demandas apresentadas pelos usuários, tais circunstâncias dessas contradições vivenciadas no cotidiano profissional.

Além disso, as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996, apresenta novas diretrizes para a formação dos estudantes no curso de Serviço Social no Brasil. Para Teixeira (2009), as Diretrizes Curriculares da ABEPSS são necessárias para a continuação permanente nos debates, sobre a formação acadêmica, “cabe destacar que a preocupação com a formação em Serviço Social sempre foi presente nos debates da ABESS/CEDEPSS e no conjunto da categoria profissional, revelando uma herança cultural da profissão com sério rigor teórico-analítico”. (TEIXEIRA, 2009, p. 69). Sendo assim, com base nestes três principais documentos, o Código de Ética do Serviço Social, as Diretrizes Curriculares e a Lei de Regulamentação da Profissão que compõem o Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro (PEP), resultados concretos das articulações da categoria dos assistentes sociais comprometidos com a profissão conforme ressalta:

[o] projeto de formação profissional, visa formar assistentes sociais críticos, comprometido com valores de liberdade, justiça, que coadunam com o projeto de profissão, é objetivado no conjunto de documentos, construídos historicamente pela ABEPSS, desde sua organização em ABESS/CEDEPSS, na luta histórica em defesa da formação profissional de qualidade e comprometida com valores emancipatórios (TEIXEIRA, 2009, p. 67).

O Serviço Social chega na década de 1990 conquistando a autonomia profissional, se posicionando como uma profissão liberal, por meio dos grupos de assistentes sociais inspirados na teoria marxista na defesa do nosso Projeto Ético-Político (PEP) do Serviço Social. Isso significa que a autonomia profissional consolidada nos anos de 1990, se deu pelo amadurecimento de novas estratégias de trabalho profissional redefinidas por meio de uma nova leitura da realidade social. O PEP se apresenta primordial a categoria dos assistentes sociais, pois propicia a identidade profissional que não se engessa nas armadilhas do capital, aliados aos conhecimentos teóricos para a atuação profissional, que legitimam a intervenção dos assistentes sociais em atuar nos objetivos da emancipação humana.

Todos esses documentos, normativas e resoluções elaboradas pela categoria profissional na década de 1990, mostram a importância da luta e resistência do Serviço Social em reafirmar o compromisso profissional em defesa da “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 1993, p. 24). O Serviço Social chega aos anos de 1990 conquistando a hegemonia profissional numa perspectiva de totalidade, que por meio dos grupos críticos, através do movimento de ruptura, rompe com o conservadorismo tradicional.

Como o Serviço Social sempre passa por inúmeras mudanças de acordo com o momento em que a sociedade vivencia, não sendo diferente durante os últimos anos presenciados pela pandemia da Covid-19. Neste momento da história vivenciado com a crise sanitária da pandemia a importância da instrumentalidade do Serviço Social demonstra a “capacidade, qualidade ou propriedade de algo” (GUERRA, 2007, p. 1). O que requer ações mediadas no exercício em que os assistentes sociais articulam suas habilidades e técnicas nas intervenções sociais (GUERRA, 2007), diante das demandas apresentadas pelos usuário razão fundante da profissão, pois é a partir do momento que o profissional compreende a realidade de forma crítica que confronta as condições

objetivas e subjetivas⁵ por meio das suas competências profissionais. Entendendo esta sociabilidade que estamos inseridos, os assistentes sociais são capazes de atuar frente às expressões da “questão social”, conforme afirma:

[...] cabe ao Assistente Social aliar sua vontade, iluminada pela ética profissional – como intencionalidade de associação, de coletividade, de compromisso com seu saber teórico-prático crítico e, ainda, com as necessidades e possibilidades das circunstâncias, do que resultará o produto de sua ação (BONETTI, 2001, p. 179).

Como discorrido, o trabalho do assistente social sempre transcorre por novas transformações, construindo estratégias profissionais adequadas às novas e velhas demandas das expressões da “questão social”. Ou seja, “pela instrumentalidade da profissão, pela capacidade de o Serviço Social operar transformações, alterações nos objetos e nas condições (meios e instrumentos) visando alcançar seus objetivos” (GUERRA, 2007, p. 14-15), é possível não praticar no cotidiano profissional respostas imediatas às demandas dos usuários.

Neste sentido, que os assistentes sociais reafirmam sua autonomia profissional pautado no Projeto Ético-Político do Serviço Social guiados nas três dimensões: ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, reconhecendo as dimensões políticas profissionais, construindo alternativas instrumentais, tendo como horizonte a superação da ordem social do capital. As três dimensões profissionais são definidas por Vasconcelos, a partir da contradição das expressões da “questão social”. É possível afirmar que o Serviço Social é e sempre será uma representação nas lutas de classes observadas:

[è] diante disso que toma relevância a dimensão ético-política na medida em que, na complexa e contraditória sociedade do capital, trata-se de, para além do saber científico, identificar princípios, valores e o “saber estratégico” presentes nas respostas dadas pelos profissionais (VASCONCELOS, 2015, p. 477).

Para Santos, Noronha (2013, p. 49) “o conhecimento de técnicas é muito importante no uso dos instrumentos, mas a técnica, em si, não garante uma competência profissional”, o profissional precisará utilizar-se de algumas técnicas para articular as

⁵ Condições objetivas: são aquelas relativas à produção material da sociedade, são condições postas na realidade material. Condições subjetivas: são as relativas aos sujeitos, às suas escolhas, ao grau de qualificação e competência, ao seu preparo técnico e teórico-metodológico, aos referenciais teóricos, metodológicos, éticos e políticos utilizados, dentre outras (GUERRA, 2007, p.1-2).

intervenções no exercício profissional. As autoras acrescentam, “é nesse contexto que o projeto ético-político da profissão enfatiza alguns elementos que se referem aos instrumentos e técnicas da intervenção” (SANTOS; NORONHA, 2013, p. 49). Ou seja, é essencial que o profissional conheça bem e faça a leitura da realidade social compreendendo o cenário global, nacional, regional e local nos espaços sócio-ocupacionais em que se insere (VASCONCELOS, 2015).

Em relação a dimensão teórico-metodológica, essa se baseia na teoria acumulada ao longo do processo de formação acadêmica e profissional, respaldados nestas legislações (Código de Ética, Política Nacional de Assistência Social, e entre demais normativas da profissão) que regem o Serviço Social, que os assistentes sociais planejam as ações que envolvem um conjunto de estratégias e técnicas instrumentais de ações que efetivam o trabalho profissional. No planejamento das ações, de acordo com Bertollo (2016, p. 334-335), “o ato de planejar é inerente à espécie humana. Pode-se dizer que o homem planeja suas ações, desde as mais simples até as mais complexas...”, ou seja, o planejamento pode ser pensado por qualquer pessoa. No entanto, ao refletir o planejamento diante do campo profissional, a autora Vasconcelos contribui com importantes reflexões de uma ação planejada para o agir no cotidiano profissional do assistente social, seja nas esferas públicas ou privadas.

Os valores, os princípios, as referências teórico-metodológicas e os compromissos contidos no projeto profissional expressam uma visão emancipatória de mundo que, se tomados conscientemente como parâmetro, podem fornecer horizontes, direção e estratégias de ação para criação das condições objetivas, nos espaços profissionais/na luta político-econômica, para sua defesa e realização. Podem fornecer, também, as bases de práticas democráticas, críticas, conscientes e criativas (VASCONCELOS, 2015, p. 479-480).

Ao analisar a última dimensão, a técnico-operativa, não basta os assistentes sociais apenas descrever a realidade social, pois requer do profissional mediações por meio de uma análise crítica desta realidade. É no cotidiano profissional que materializa todas essas dimensões, direcionando os assistentes sociais em suas ações profissionais para as mudanças e transformações através dos instrumentos e habilidades que expressam determinada teoria, método no processo de ações planejadas contínua nos espaços profissionais em que se insere diante das demandas apresentadas pelos usuários. Nesta direção, Santos, Noronha (2013) colaboram:

[p]or formar um conjunto dialeticamente articulado com as técnicas, os instrumentos são constantemente aprimorados por elas, face à exigência de adequação diante das transformações da realidade e de atendimento das mais diversificadas necessidades sociais postas na sociedade capitalista (SANTOS; NORONHA, 2013, p. 50).

Para a profissão, o planejamento de ações envolve um conjunto de estratégias e técnicas instrumentais que efetivam o trabalho profissional, atuar nesses espaços sócio-ocupacionais, requer do profissional uma prática cotidiana em sintonia com a defesa do projeto ético-político profissional. Para avançar no debate da autonomia profissional na política de assistência no contexto da pandemia da Covid-19, primeiro é necessário apresentar no próximo capítulo a discussão política e econômica no final dos anos de 1990, durante qual ocorre o processo de privatizações das estatais nacionais, tendência política dos governos neoliberais que consequentemente impactou os serviços públicos de assistência.

Com a chegada dos anos de 2000, deu-se início aos avanços no âmbito da política de assistência no Brasil, com a aprovação das leis de regulamentação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS)/2004, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS)/2005 e a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais em 2009. Os avanços na política de assistência permitem aos profissionais maior autonomia profissional nos parâmetros de atuação nos diferentes espaços ocupacionais de trabalho em relação aos períodos anteriores.

3. O AVANÇO DO SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL A PARTIR DOS ANOS 2000

O estudo desse capítulo tem por objetivo abordar os avanços da política de assistência social no Brasil ocorridos no início dos anos de 2000, que estabelece os parâmetros e diretrizes por meio das normativas da Política Nacional de Assistência Social (PNAS)/2004, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS) /2005 e a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais em 2009. No entanto, é necessário retornar nesta discussão as mudanças políticas, econômicas e sociais durante os governos dos anos de 1990 com Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso com as privatizações das estatais nacionais (BEHRING; BOSCHETTI, 2017). Por consequência desse processo das privatizações de empresas estatais, levando a perda dos direitos da classe trabalhadora previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Esses primeiros vinte e dois anos do século XXI analisados, houve avanços nas legislações no âmbito da política de assistência, conquistada pela participação de assistentes sociais que estiveram à frente da aprovação desta política de assistência. Este capítulo, ao refletir a política de assistência entre as décadas de 1990 e 2000, discute a “questão social como elemento constitutivo da relação entre o Serviço Social e a realidade, tendo como mediação as estratégias de enfrentamento adotadas pelo Estado e pelas classes — o que envolve a política social como um elemento central” (BEHRING; BOSCHETTI, 2017, p. 53). Além disso, Behring, Boschetti ao analisar as políticas sociais as diferenciam através de alguns métodos: dentro da corrente da sociologia com Émile Durkheim na perspectiva funcionalista estuda e analisa os fatos sociais como “o objeto se sobrepõe ao sujeito” (2017, p. 27). Dentre os pensamentos de Kant e Hegel da “influência do idealismo”, compreende-se que o “sujeito se sobrepõe ao objeto” (2017, p. 32), a partir de Max Weber a aproximação por meio da “compreensão das intencionalidades e ações dos sujeitos, que se sobrepõem às condições objetivas que as circunscrevem” (2017, p.33), é colocado o modo de pensar e interpretar a sociedade.

E por último, as autoras analisam “a contribuição da tradição marxista” apresentando “como processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e luta de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo” (2017, p. 36), não somente pela mobilização da classe trabalhadora contra a classe burguesa, mas de como

o papel do Estado passou a ser integrado por meios das implementações e regulamentações destas políticas.

O surgimento da política social no Brasil associava ao modelo das primeiras políticas sociais europeias, a partir do aparecimento da sociedade capitalista em decadência do mercado da sociedade feudalista que possibilitou o desenvolvimento dessa sociedade, esse período pode ser contextualizado do seguinte modo:

[n]ão se pode indicar com precisão um período específico de surgimento das primeiras iniciativas reconhecíveis de políticas sociais, pois, como processo social, elas se gestaram na confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial, das lutas de classe e do desenvolvimento da intervenção estatal (BEHRING; BOSCHETTI, 2017, p. 47).

Ao comparar o modelo das políticas sociais no Brasil percebe-se semelhanças com os sistemas bismarckiano e beveridgiano ocorridos entre os países europeus de maneira sucessivas e diferenciadas de acordo com a organização e pressão dos trabalhadores. O sistema bismarckiano defende que as políticas sociais aconteçam na forma de seguro, ou seja, as pessoas deveriam contribuir com as empresas seguradoras determinados valores, para que tivessem o direito de receber os benefícios. Já o sistema beveridgiano defende que as políticas sociais deveriam ter um caráter de seguridade em que a população tivesse o direito de usufruir dos benefícios concedidos pelo Estado sem custear os valores, pois seriam financiados pelos impostos. Boschetti descreve como esses sistemas mencionados se apresentaram no Brasil:

[a]s diferenças desses princípios provocaram o surgimento e instituição de diferentes modelos de seguridade social nos países capitalistas, com variações determinadas pelas diferentes relações estabelecidas entre o Estado e as classes sociais em cada país. Hoje, é difícil encontrar um “modelo puro”. As políticas existentes e que constituem os sistemas de seguridade social em diversos países apresentam as características dos dois modelos, com maior ou menor intensidade. No Brasil, os princípios do modelo bismarckiano predominam na previdência social, e os do modelo beveridgiano orientam o atual sistema público de saúde (com exceção do auxílio-doença, tido como seguro saúde e regido pelas regras da previdência) e de assistência social, o que faz com que a seguridade social brasileira se situe entre o seguro e a assistência social (BOSCHETTI, 2006, *idem*, 2009, p. 3).

Conforme mencionado por Netto (1996) as políticas sociais surgem ainda na fase de transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista a partir da necessidade de pensar em políticas públicas para o enfrentamento da existência das expressões da “questão social”. Por outro lado, o aparecimento das “políticas sociais

passam a ampliar a ideia de cidadania e desfocalizar suas ações, antes direcionadas apenas para a pobreza extrema” (BEHRING; BOSCHETTI, 2017, p. 64), essas alterações que contribuíram em quatro direções entre o Estado e o cidadão:

a) o interesse estatal vai além da manutenção da ordem, e incorpora a preocupação de atendimento às necessidades sociais reivindicadas pelos trabalhadores; b) os seguros sociais implementados passam a ser reconhecidos legalmente como conjunto de direitos e deveres; c) a concessão de proteção social pelo Estado deixa de ser barreira para a participação política e passa a ser recurso para exercício da cidadania, ou seja, os direitos sociais passam a ser vistos como elementos da cidadania; e d) ocorre um forte incremento de investimento público nas políticas sociais, com crescimento do gasto social (PIERSON, 1991 *apud* BEHRING e BOSCHETTI, 2017, p. 64-65).

Nessa direção, observamos a contradição existente entre o capital e o trabalho, visto que, o Estado deveria ser o transformador das políticas sociais, no entanto, age de maneira distinta, do lado da classe trabalhadora aprova a política social através das leis, do lado da classe burguesa o Estado atua por intermédio desta política social para que o capital se beneficia, pois através do Estado que a sociedade capitalista mantém a reprodução das forças produtivas de trabalho (BEHRING; BOSCHETTI, 2017). “Diante dessa lei da acumulação, o Estado, em seu ‘papel de árbitro das relações de classe’, assume tarefas cada vez mais ativas no sentido de zelar pela reprodução da força de trabalho, não só por meio de legislação específica [...] regulados por intermédio de políticas sociais” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 107).

A correlação das forças produtivas de trabalho consiste no movimento da reprodução que desempenha o desenvolvimento econômico da mais-valia característica própria do capitalismo, isso acontece por causa da exploração da força de trabalho (NETTO; BRAZ, 2012), os efeitos dessa concentração de lucros trata-se da dinâmica do capital para obter as forças de trabalho. Ao aprofundar sobre a política social brasileira de amparo para a classe trabalhadora, traz à tona o antagonismo entrelaçados nesses aparatos, Behring e Boschetti explicam que é necessário compreender esses indicadores econômicos e sociais conforme citam:

[a] análise das políticas sociais sob o enfoque dialético precisa considerar alguns elementos essenciais para explicar seu surgimento e desenvolvimento [...] nessa direção, não se pode explicar a gênese e desenvolvimento das políticas sociais sem compreender sua articulação com a política econômica e a luta de classes (BEHRING; BOSCHETTI, 2017, p. 43).

Compreendendo esses fatores econômicos e sociais que atingem os mais vulneráveis da população resultado da reprodução da força produtiva de trabalho, que diante dessas circunstâncias após a luta e a reivindicação da classe trabalhadora pelos seus direitos, que no ano de 1988 é aprovado a Constituição da República Federativa, fruto da participação popular na história do país. Através da Constituição da República Federativa de 1988 que é assegurado e garantido as condições essenciais básicas de subsistência à população usuária, compondo o tripé da Seguridade Social no Brasil⁶ que “a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, que a assistência é regulamentada como direito” (BRASIL, 1988).

Instituída na Constituição Federal de 1988, “a Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988), que abrange três políticas fundamentais para a população brasileira. Além disso, posteriormente no ano de 1993 é aprovada a Lei de Nº 8742/93 que corresponde à Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que estabelece no Art.1º da Assistência Social o “direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (BRASÍLIA, 1993).

No entanto, apesar desses avanços previstos na Constituição Federal de 1988 e na LOAS (1993), a assistência não garante os mesmos direitos de caráter universal para todos os usuários, Boschetti (2009, p. 8) argumenta “a seguridade social acabou se caracterizando como um sistema híbrido, que conjuga direitos derivados e dependentes do trabalho (previdência) com direitos de caráter universal (saúde) e direitos seletivos (assistência)”. Nesta direção, Mota (2010, p. 134) complementa que “o processo histórico de desenvolvimento da Seguridade brasileira ampara a assertiva ao indicar como a burguesia brasileira, subordinando o Estado aos seus interesses, utilizou medidas relacionadas à proteção social para legitimar-se”.

Além disso, Mota (2010, p. 140) afirma que a “ordem de fatores que está presente nas mudanças na seguridade responde pelas necessidades advindas do processo de reestruturação da economia capitalista”, com efeito, essas transformações

⁶ Tripé da Seguridade Social no Brasil: Saúde, Previdência Social e Assistência Social.

econômicas marcam, a partir da década de 1990, o processo político das privatizações de empresas nacionais defendido pelos governos neoliberais⁷. Com isso, o processo da política neoliberal ataca os direitos da classe trabalhadora de tal forma “a consolidar novos modos de o capital consumir e gerir a força de trabalho” (MOTA, 2010, p. 140). Behring, Boschetti (2017, p. 147) argumentam que “os anos 1990 até os dias de hoje têm sido de contrarreforma do Estado e de obstaculização e ou redirecionamento das conquistas de 1988”.

Nessa direção, de acordo com as justificativas dos governos, o controle dos setores privados sobre as estatais nacionais seria melhor para o país. Behring, Boschetti (2017) consideram que ao analisar esse período de privatizações, deparamos com a dinâmica do capital manipulada pelos governos neoliberais, que segundo eles dariam a continuidade no crescimento da economia do país, mas que apenas vem fortalecendo a burguesia e negando as conquistas e direitos da classe trabalhadora. Dessa forma, concretizando as contrarreformas do sistema público, as autoras citam:

[a]lguns argumentos centrais estiveram presentes como justificativa dos processos de privatização: atrair capitais, reduzindo a dívida externa; reduzir a dívida interna; obter preços mais baixos para os consumidores; melhorar a qualidade dos serviços; e atingir a eficiência econômica das empresas, que estariam sendo ineficientes nas mãos do Estado (BEHRING; BOSCHETTI, 2017, p. 152-153).

As autoras em tela destacam os dois principais governos responsáveis neste processo de privatizações das estatais nacionais ocorridos na década de 1990 durante os governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. Esse processo de privatizações articulado nos governos neoliberais confronta os direitos da classe trabalhadora, conforme argumenta Behring e Boschetti nesse período:

[a]o longo dos anos 1990, propagou-se na mídia falada e escrita e nos meios políticos e intelectuais brasileiros uma avassaladora campanha em torno de reformas. A era Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi marcada por esse mote, que já vinha de Collor, cujas características de outsider (ou o que vem de fora) não lhe outorgaram legitimidade política para conduzir esse processo. Tratou-se, como se pôde observar, de “reformas” orientadas para o mercado, num contexto em que os problemas no âmbito do Estado brasileiro eram apontados como causas centrais da profunda crise econômica e social

⁷ A hegemonia neoliberal e as tendências contemporâneas de desestruturação tendem a minar essa possibilidade e a transformá-lo em mecanismo de favorecimento da acumulação do capital (BEHRING; BOSCHETTI, 2017, p. 134). O sentido neoliberal do ajuste estrutural capitalista dos anos 1990, com todas as suas consequências para a política social, como se viu, foi sendo delineado na década anterior, na periferia do mundo do capital, de uma forma generalizada, e no Brasil, em particular (BEHRING; BOSCHETTI, 2017, p. 143).

vivida pelo país desde o início dos anos 1980. Reformando-se o Estado, com ênfase especial nas privatizações e na previdência social, e, acima de tudo, desprezando as conquistas de 1988 no terreno da seguridade social e outros (BEHRING; BOSCHETTI, 2017, p. 48).

As privatizações das empresas estatais nacionais atenderam apenas aos interesses dos grandes capitais que para a burguesia “só faz sentido quando gera um aumento da taxa de lucros” (BEHRING; BOSCHETTI, 2017, p. 91). As privatizações das estatais colaboram para o fortalecimento do capital para nova organização do trabalho com a utilização dos recursos de inovações tecnológicas. Essas transformações ocorridas impactam a perda dos direitos da classe trabalhadora, que substitui a mão de obra pelos maquinários, além da utilização da força produtiva de profissionais polivalentes (habilidade em diversas atividades). Com isso, na parte operacional das empresas há disputas entre profissionais e equipes de trabalho para alcançarem as metas estabelecidas de produção (MOTA, 1995).

Além disso, o trabalhador ao vender a força de trabalho se torna um assalariado neste processo de produção, o que estabelece a divisão do trabalho como parte desse universo do capital diante da precarização do trabalho (MOTA, 1995). Neste sentido, Antunes (2018) vê esse período como um novo modelo do desenvolvimento das forças produtivas de trabalho ocorridas após as privatizações, conforme complementa:

[a]s transformações ocorridas no capitalismo recente no Brasil, marcadamente na década de 1990, impulsionadas pela nova divisão internacional do trabalho, foram de grande intensidade sobretudo no mundo do trabalho [...] Mas foi a partir dos anos 1990, com a vitória do neoliberalismo no Brasil, que se intensificou o processo de reestruturação produtiva do capital, levando as empresas a adotar novos padrões organizacionais e tecnológicos, novas formas de organização social do trabalho, novos métodos denominados “participativos” [...] A combinação entre padrões produtivos tecnologicamente mais avançados, busca pela melhor qualificação da força de trabalho e prática da intensificação da exploração da força de trabalho se tornou característica do capitalismo no Brasil (ANTUNES, 2018, p. 134-135).

As privatizações das empresas nacionais serviram apenas “para intensificar a produtividade do trabalho” (MOTA, 2010, p. 140), as consequências com “essas transformações ocorridas no interior da dinâmica da acumulação capitalista acabaram por afetar a composição da força de trabalho” (ANTUNES, 2018, p. 135). Devido às contradições de classe numa perspectiva crítica que o assistente social atua no “posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua

gestão democrática” (CFESS, 1993, p. 23). Nessa direção, Mota apresenta a atuação dos assistentes sociais que atravessa décadas na construção da garantia dos serviços e direitos para população usuária, conforme cita:

[n]o âmbito político-organizativo, a categoria profissional desde os finais dos anos 1970 vem-se posicionando sobre o valor estratégico das reformas sociais no Brasil, reconhecendo o histórico caráter anti-reformista da burguesia nacional, avessa a quaisquer iniciativas que levem em consideração as necessidades dos “de baixo” (BEHRING, 2003, *apud* MOTA, 2007, p. 128).

Chegando nos anos de 2000 um novo capítulo é escrito na história da política brasileira, que marca o início dos governos petistas à presidência do país, de acordo com Antunes “a eleição de Lula em 2002 acabou sendo uma vitória política tardia” (ANTUNES, 2018, p. 248). Dito isso, o discurso do governo não era mais o mesmo defendido como dos anos anteriores “quando o governo Lula se iniciou, em 2003, suas primeiras medidas sinalizavam um projeto pautado mais pela continuidade do que pela ruptura com o neoliberalismo” (ANTUNES, 2018, p. 248). Nesta direção, Paula enfatiza a trajetória do governo petista na presidência, conforme afirma “o que o PT se propõe e realiza é a manutenção das mesmas diretrizes neoliberais implementadas por seus antecessores” (PAULA, 2016, p. 161).

No entanto, nesse mesmo período descreve os grandes avanços no âmbito da política de assistência, por meio da aprovação da Política Nacional de Assistência Social - PNAS/ 2004, o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB-SUAS/2005 e a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais/2009, normativas que estabelece os parâmetros e diretrizes para a atuação dos assistentes sociais nos diferentes espaços ocupacionais da assistência.

Essa reorganização no âmbito da política de assistência foi consolidada durante os governos do PT na presidência em que tivemos “uma ampla inserção de assistentes sociais nas diversas políticas sociais” (MENDONSA, 2012, *apud* SILVA, 2019, p. 564). A expansão da política de assistência “se deu nos espaços das conferências, dos fóruns, da atuação dos conselhos, dentre outros. Foi neste ambiente de resistência que surgiram propostas de redefinição das políticas de assistência e do seu modelo de gestão” (MOTA, 2010, p. 185). A autonomia profissional presente nos espaços de luta

profissional, trouxe para os assistentes sociais novos direcionamentos de atuação profissional, conforme Silva (2019) cita:

[n]unca antes a profissão teve tanto acento no âmbito da elaboração de políticas sociais, mormente a política de assistência social - e não por acaso por que esta foi central para a estratégia político-governamental dos governos petistas -, bem como também jamais se verificou uma ampliação tão significativa do número de assistentes sociais requisitado para execução das políticas sociais (SILVA, 2019, p. 564).

A elaboração e aprovação do PNAS (2004) foi consolidada a partir do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), mediada pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) que “expressa exatamente a materialidade do conteúdo da Assistência Social como um pilar do Sistema de Proteção Social Brasileiro no âmbito da Seguridade Social” (BRASÍLIA, 2005, p. 11). “A nova Política de Assistência Social que institui o SUAS define dois patamares de proteção social: a básica e a especial, de modo a garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (de rendimento e autonomia); acolhida e convívio ou vivência familiar” (MOTA, 2017, p. 190), que por meio da política pública de assistência social estabelece aos usuários os direitos a essas políticas, assim como é de responsabilidade do Estado a universalização na garantia desses direitos. Na PNAS são previstos seus princípios e diretrizes em consonância com a LOAS e a Constituição Federal de 1988, assim como os objetivos da PNAS e quem é a população usuária dos serviços. A seguir estão descritos os seguintes princípios da PNAS:

I- Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; II- Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas; III- Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade; IV- Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais; V- Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão (PNAS, 2005, p. 32).

As diretrizes propostas pela PNAS para estruturação da assistência social foram elaboradas a partir das leis sancionadas na Constituição Federal de 1988 e a LOAS com os seguintes parâmetros conforme listados:

I- Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais; II- Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis; III- Primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo; IV- Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos (PNAS, 2005, p. 32-33).

Em relação à população usuária, ela é composta pela classe trabalhadora de extrema pobreza ou situação de vulnerabilidade social conforme descrito abaixo:

[c]onstitui o público usuário da Política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (PNAS, 2005, p. 33).

Os avanços definidos na PNAS tiveram importantes destaque para a descentralização dos serviços de proteção social do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que, “atualmente, o SUAS, possui capilaridade em todo o território nacional, seja através dos serviços ofertados em suas estruturas física [...], seja pela concessão de benefícios socioassistenciais” (LISBOA, 2021, p. 204). Entre os equipamentos que oferecem esses serviços são conhecidos dois níveis de proteção social como: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), é responsável pelo nível de Proteção Social Básica “que tem como objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidade e fortalecimentos de vínculos familiares e comunitários” (SILVARES; PIRES, 2020, p. 141), sendo os serviços de caráter preventivo voltados para famílias.

Nesta perspectiva de convívio familiar o serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), é oferecido no CRAS “que visam à convivência, a socialização e ao acolhimento de famílias cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos, assim como a promoção da sua integração ao mercado de trabalho”

(MDS, 2004, *apud* MOTA, 2017, p. 190). Isso acontece em decorrência das expressões da “questão social” contraditória diante da realidade social das famílias, compreendendo essa realidade de forma crítica em que os vínculos familiares não foram interrompidos, são considerados os seguintes serviços de proteção social básica para o fortalecimento dos vínculos familiares:

I- Programa de Atenção Integral às Famílias; II- Programa de inclusão produtiva e projetos de enfrentamento da pobreza; III- Centros de Convivência para Idosos; IV- Serviços para crianças de 0 a 6 anos, que visem o fortalecimento dos vínculos familiares, direito de brincar, ações de socialização e de sensibilização para a defesa dos direitos das crianças; V- Serviços socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 6 a 24 anos, visando sua proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; VI- Programas de incentivo ao protagonismo juvenil, e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; VII- Centros de informação e de educação para o trabalho, voltados para jovens e adultos (PNAS, 2005, p. 36).

O nível de Proteção Social Especial é subdividido em dois níveis de proteção: a Proteção Social Especial de Média Complexidade e a Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Nessa direção, compreende o nível de Proteção Social Especial para os usuários de ameaças e direitos violados.

Às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, usos de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras situações de violações de direitos (SILVARES; PIRES, 2020, p. 141).

Esses serviços de Proteção Social Especial são direcionados ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) que devem oferecer aos usuários o serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) vinculado a Proteção Social Especial de Média Complexidade “visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário. Difere-se da proteção básica por se tratar de um atendimento dirigido às situações de violação de direitos” (PNAS, 2005, p. 38). Além disso, os serviços oferecem “maior estruturação técnico-operacional e atenção especializada e mais individualizada, e, ou, de acompanhamento sistemático e monitorado” (PNAS, 2005, p. 38) conforme citados:

I- Serviço de orientação e apoio sociofamiliar; II- Plantão Social; III- Abordagem de Rua; IV- Cuidado no Domicílio; V- Serviço de Habilitação e Reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência; V- Medidas

socioeducativas em meio-aberto (Prestação de Serviços à Comunidade – PSC e Liberdade Assistida – LA) (PNAS, 2005, p. 38).

O nível de Proteção Social Especial de Alta Complexidade tem como objetivo garantir a “proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário” (PNAS, 2005, p. 38). Neste caso, ocorre a violação de direitos e riscos para os usuários e para a sociedade. É importante levar em consideração não somente o contexto socioeconômico, como também o contexto sociocultural em que esses usuários estão inseridos. Os equipamentos conforme listados abaixo precisam assegurar a integridade física/psicológica dos usuários tais como:

I- Atendimento Integral Institucional; II- Casa Lar; III- República, IV- Casa de Passagem; V- Albergue; VI- Família Substituta; VII- Família Acolhedora; VIII- Medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade (semiliberdade, internação provisória e sentenciada); IX- Trabalho protegido (PNAS, 2005, p. 38).

Podemos observar que por meio da Política Nacional de Assistência Social, os serviços de assistência foram reorganizados e direcionados para cada equipamento conforme o nível de Proteção Social Básica ou Especial “é nítido um alargamento (expansão) dos objetivos desta política com a implementação do SUAS. Todavia, a amplitude do seu público-alvo envolve um leque de situações tão diversas” (MOTA, 20, p. 191) em reorganizar os serviços prestados aos usuários.

“O SUAS, cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais” (PNAS, 2005, p. 39). O modelo de gestão da política do SUAS engloba “três esferas de governo” sendo eles: “União, Estados, Distrito Federal e Municípios” (PNAS, 2005, p. 39), como mencionado é “dever do Estado”, ou seja, compete a cada gestão a responsabilidade dos serviços de assistência prestados à população usuária. A organização socioassistencial do SUAS é vinculada aos seguintes serviços: vigilância social, proteção social e defesa social e institucional.

Compete ao Fundo Nacional de Assistência Social os repasses dos recursos financeiros destinados ao SUAS, conforme previsto no Art. 28 inciso 3º o financiamento da Assistência Social da LOAS.

O financiamento da assistência social no Suas deve ser efetuado mediante cofinanciamento dos 3 (três) entes federados, devendo os recursos alocados nos fundos de assistência social ser voltados à operacionalização, prestação, aprimoramento e viabilização dos serviços, programas, projetos e benefícios desta política (LOAS, 1993).

Outro aspecto importante com base no Art. 204 é a “participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis” (BRASIL, 1988), que através da participação popular aos movimentos sociais que a política de assistência se tornou um direito. Vale destacar que por meio da participação popular que se configura os Conselhos de Assistência Social instituídos pela Lei Federal nº 8.742/93 (LOAS), responsável pelo controle social que visa à fiscalização, à deliberação, à avaliação e ao controle político de assistência.

Ampliando os serviços na política de assistência no ano de 2009 por meio da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 é aprovada a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais conforme o Art. 1º. “Aprovar a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, [...]organizados por níveis de complexidade do SUAS: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade” (BRASIL, 2009). A expansão na política de assistência reorganizou os serviços alinhada às demandas dos usuários que “possibilitou a padronização em todo território nacional dos serviços de proteção social básica e especial, estabelecendo seus conteúdos essenciais, público a ser atendido, propósito de cada um deles e os resultados esperados para a garantia dos direitos socioassistenciais” (BRASIL, 2009).

Essas determinações estabelecidas nos serviços de assistência, expressa aos assistentes sociais por meio das normativas, orienta o exercício profissional nas ações individuais ou coletivas, que não reproduza práticas conservadoras e imediatistas no cotidiano profissional “esta autonomia é fundamental para adequar o funcionamento dos serviços às realidades locais, embora desafie as administrações municipais a compreender, analisar e organizar-se para enfrentar tais problemas” (SILVA, *et al*, 2020, p. 1462), presente nos espaços de trabalho da assistência.

Pautados nesses conhecimentos teóricos e práticos a atuação profissional é cercada de muitos desafios, principalmente diante das ameaças da contrarreforma⁵ da

⁵Os anos 1990 até os dias de hoje têm sido de contra-reforma do Estado e de obstaculização e/ou redirecionamento das conquistas de 1988 (p.147) [...] definido por fatores estruturais e conjunturais externos e internos, e pela disposição política da coalizão de centro-direita protagonizada por FHC (BEHRING; BOSCHETTI, 2017, p.151).

seguridade social, que inclui o desmonte do SUAS. As contrarreformas do Estado já eram anunciadas ainda na década de 1990, durante os governos Collor e FHC com as privatizações que aconteceram durante seus governos (BEHRING; BOSCHETTI, 2017), que continuou presente num cenário sociopolítico brasileiro que se encontrava em declínio desde a saída ilegítima da presidente Dilma Rousseff. A contrarreforma no governo Michel Temer, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016 “conhecida como a *PEC do fim do mundo*, que estabeleceu o novo regime fiscal com o congelamento dos gastos públicos por vinte anos, [...] que impacta drasticamente nas políticas e nos programas sociais em todas as áreas” (RAICHELIS; ARREGUI, 2021 p. 142, grifos das autoras), consequentemente afeta os serviços públicos e inviabiliza os direitos da classe trabalhadora.

Com as eleições de 2018 foi eleito o candidato à presidência Jair Bolsonaro, com isso a contrarreforma “avança a passos largos rumo à exacerbação do neoliberalismo, com aprofundamento das contrarreformas e privatizações. A eleição de 2018 quebrou ‘o ovo da serpente’ e alçou ao poder um governo de extrema direita, ultraneoliberal e neofacista” (BEHRING; BOSCHETTI, 2021, p. 70). Ao visualizar esse momento político dos últimos anos de um governo que retrocedeu todos os direitos garantidos conquistados pela classe trabalhadora da Constituição Federal de 1988, pode-se ver na conjuntura política do país o agravamento desse desmonte nos serviços públicos. Nesta direção, Sposati corrobora:

[t]em-se presente que vem ocorrendo um *sucateamento da política de assistência social*, e nas diversas políticas sociais. Mas há um diferencial: vem se revelando no governo Jair Bolsonaro uma tensão específica: há um *derretimento do Suas*. Essa ocorrência *cria impedimentos para que a base concreta do Suas se consolide e expanda* como parte da seguridade social e da proteção social brasileira (SPOSATI, 2021, p. 3, grifos nossos).

Sposati reforça os “impedimentos” para a expansão do SUAS, isso comprova os ataques diretos aos direitos da classe trabalhadora, com “a onda neoliberal que assolou o Brasil, a partir da década de 1990, foi determinante para o desenvolvimento de políticas econômica voltada para a rentabilidade econômica em detrimento dos avanços sociais” (PESSOA, et al 2021, p. 15). Para Sposati “o SUAS tem que aprender a gritar, ele tem que aprender a ser voz junto com a população que é dita invisível” (SPOSATI, 2021, p.13). O enfraquecimento do SUAS teve muitos impactos no cotidiano dos assistentes sociais “apoiadas em equipes desfalcadas, precárias condições materiais e tecnológicas,

ausência de equipamentos de proteção individual e coletiva, de protocolos e planos de contingência, e entre outros” (RAICHELIS, 2022, p. 11).

“Neste momento negacionista, estamos ouvindo barbaridades” (SPOSATI, 2021, p.13). Para Lara, “no Brasil, o coronavírus (Covid-19) encontrou um país historicamente campeão mundial de desigualdades sociais, e o processo de destruição dos direitos sociais estava em pleno vapor” (LARA, 2020, p. 62). Neste sentido, nos últimos anos a pandemia acirrou as condições de trabalho das pessoas e sobretudo da atuação dos assistentes sociais que trabalham na linha de frente. O capítulo IV, por meio do estudo da análise de artigos publicados durante a pandemia na política de assistência, busca discutir a partir dos relatos dos assistentes sociais a autonomia e estratégias profissionais adotadas para atender às demandas postas pelo capital que se fez presente no cotidiano.

4. ATUAÇÃO DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DURANTE A PANDEMIA: REFLEXÕES SOBRE AS PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS E TÁTICAS PROFISSIONAIS NESSE CONTEXTO

Baseando-se em relatos a partir das experiências vividas de assistentes sociais que atuaram nos diferentes espaços socioassistenciais, este capítulo faz uma reflexão e análise sobre o exercício profissional no contexto da pandemia. A metodologia utilizada foi por meio da análise de artigos, notas publicadas nas principais revistas e CBAS referências do Serviço Social, como também documentos publicados pelo CFESS e CRESS com um recorte temporal na política de assistência entre o período de 2020 a 2022 momento mais crítico da pandemia da Covid-19 no país. Alguns artigos possibilitaram discutir a atuação dos assistentes sociais com profissionais de outras áreas que compunham a equipe multidisciplinar na política de assistência na pandemia.

Conforme o Código de Ética do/a Assistente Social, o Artigo 3º é dever dos profissionais “participarem de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades” (CFESS, 1993, p. 27). Diante da crise sanitária do coronavírus que alastrou em todo país os serviços da assistência social foram “indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, assim considerados aqueles que, se não atendidos, colocam em perigo a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população” (BRASÍLIA, 2020).

Além disso, o Decreto Federal de Nº 10.282, de 20 de março de 2020 assegurava o direito da população usuária aos serviços da “assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade” (BRASÍLIA, 2020), no entanto, foram vários os questionamentos apontados por assistentes sociais que atuaram no contexto ao enfrentamento da pandemia. Levando em consideração os primeiros protocolos anunciados pela OMS (2020) algumas medidas para a proteção e a contenção da disseminação do vírus foram anunciadas: manter o distanciamento social, usar máscaras, manter a higienização das mãos, evitar aglomeração de pessoas em ambientes fechados, além da higienização das superfícies frequentemente tocadas.

4.1 Os primeiros meses da pandemia no Brasil: o posicionamento do governo federal diante da gravidade da doença

Com a pandemia disseminada em várias partes do mundo, no Brasil as expressões da “questão social” tornaram-se mais visíveis como exemplo da proporção da gravidade da doença entre as classes sociais, mais incidente na classe trabalhadora. Com isso o mundo capitalista burguês continuou priorizando a aceleração da economia, enquanto a maioria da população da classe trabalhadora buscava os serviços da assistência social como alternativa de sobrevivência. Segundo Paula, “tempos comandados pela lógica do capital, quando onde *o lucro vale mais que a vida* e os *preceitos neoliberais têm se manifestado como os gestores políticos da morte*” (PAULA, 2022, n. p. grifos nossos). Isso se deve ao despreparo de uma liderança política inconsequente, negacionista e ultraconservadora do governo Jair Bolsonaro, ex-presidente da república na época da pandemia da Covid-19.

Essas colocações fazem-se necessárias porque durante algumas entrevistas várias expressões foram pronunciadas pelo então presidente: “*E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?*” (CORREIO BRAZILIENSE, 2020). Até o fechamento deste trabalho, o Brasil registrava o número de 705.054⁸ óbitos, segundo dados confirmados pelo Ministério da Saúde. Com o descaso do presidente aos primeiros casos de Covid-19, como primeiras medidas de proteção considerando o isolamento social e quarentena de pessoas suspeitas ou contaminadas pela doença, além de objetos como bagagens, encomendas postais e meios de transporte a fim de evitar a disseminação do vírus (BRASIL, 2020), “o presidente Jair Bolsonaro (sem partido), diferentemente de Mandetta⁹, defende que as medidas sejam flexibilizadas para reduzir os impactos sobre a economia brasileira” (CNN, 2020).

Isso fez com que as medidas sanitárias de proteção individual ou coletivas fossem ignoradas pelo presidente Bolsonaro, de acordo com Boschetti, Behring “o governo federal brasileiro, para a nossa tristeza e indignação, nunca reconheceu a imensidão do problema, renegou seus efeitos sobre a classe trabalhadora mais exposta à contaminação” (2021, p. 67), situação que trouxe para as famílias e trabalhadores inúmeras diferenças entre as camadas sociais. Neste momento crítico da pandemia, a

⁸ Painel Coronavirus, covid.saude.gov.br. Acesso em: 18 de agosto de 2023.

⁹ Luiz Henrique Mandetta ex-ministro da Saúde defendia as normas de proteção conforme a OMS ao contrário do presidente Bolsonaro.

classe trabalhadora vive a “cruel realidade” no país daqueles “que não têm seguro social, dos que não têm contrato de trabalho, dos que não têm casa para ficar de quarentena e, dos que mesmo tendo casa, não podem ficar porque não há garantia de renda para sobrevivência” (COSTA, apud. SOUZA, 2021, n. p.).

Tais circunstâncias levaram muitos usuários ao centro de referência da assistência, tanto aqueles já cadastrados e acompanhados pelos serviços socioassistenciais, quanto à realização de novos cadastros de famílias em busca de segurança alimentar e segurança financeira, segundo relatos dos assistentes sociais “no atual cenário pandêmico, as demandas pelos serviços da Assistência Social cresceram exponencialmente, trazendo novos desafios para os profissionais” (LIMA, 2022, n.p.) que estiveram na linha de frente dos serviços da assistência durante o período da pandemia da Covid-19.

Conforme os assistentes sociais descreveram nos artigos ao longo dos últimos anos, os impactos ocorridos com os cortes das verbas orçamentárias, ou seja, o desfinanciamento da “Política de Assistência Social vem sofrendo sérias ameaças que podem acarretar seu desmonte” (SILVA *et al* 2021, p. 4). Os artigos analisados trouxeram para a discussão pontos fundamentais sob a atuação dos assistentes sociais na política de assistência na pandemia da Covid-19, em várias situações profissionais mencionaram os desafios postos ao Serviço Social, agravados nesse contexto diante da sobrecarga de trabalho com o aumento das demandas emergenciais colocando em prova o exercício profissional.

De fato, a pandemia da Covid-19 encontra o Brasil “em uma conjuntura em que já tínhamos um quadro cumulativo e alarmante de informalidade, desemprego e desproteção laboral no mercado de trabalho brasileiro” (ANTUNES, 2020a, *apud*. RAICHELIS; ARREGUI, 2021. p. 140), isso fez com que a classe trabalhadora buscasse os serviços da assistência como medidas de proteção através dos benefícios de transferência de renda, o Auxílio Emergencial, aprovado com a Lei de nº 13.982 de 02 de abril de 2020, destinado às famílias em situação de vulnerabilidade social, além de cestas básicas e outras demandas essenciais de sobrevivência.

O agravamento da pandemia “têm repercutido na intervenção do/a Assistente Social, a partir do momento em que precisa dar respostas às requisições que são colocadas de forma emergencial” (ALVES, 2015, *apud*. FERNANDES; PINHEIRO, 2022, n.p.). A partir dos artigos que traziam os relatos de alguns assistentes sociais houve situações que estavam ligadas a prática imediatista, no entanto, esses

profissionais afirmam que a cruel realidade social neste contexto de pandemia da Covid-19, as ações profissionais foram comprometidas durante os atendimentos, ou seja, os assistentes sociais sequer tiveram tempo hábil em planejar e traçar estratégias de trabalhos ao crescente número de pessoas e demandas que surgiram aos serviços de assistência neste período catastrófico da pandemia da Covid-19.

No entendimento de Bezerra e Medeiros (2021), apesar do momento ter exigido dos profissionais ações imediatas, a autonomia profissional durante esse contexto possibilita a articulação de ações na ampliação dos serviços de assistência. Para que isso ocorra é necessário que os assistentes sociais, juntamente com a participação da sociedade civil, fortaleçam os espaços de debate diante do desmonte da seguridade social proposta pelo ex-presidente Michel Temer, implementada em 2016. As autoras supracitadas argumentam:

[c]om a pandemia, a necessidade de ampliação do orçamento público mostra-se imprescindível. Ainda que as políticas adotadas sejam direcionadas por um modelo focalista e seletivo, não ultrapassando sua forma pontual e imediatista, este momento histórico impõe avançar na garantia universal da proteção social, a fortalecer o elenco das políticas de seguridade social, num contexto de ampliação das desigualdades sociais e do retorno do país ao mapa da fome (BEZERRA; MEDEIROS, 2021, p. 66).

A classe trabalhadora é a mais prejudicada na pandemia com a fome, o desemprego, a violência e entre tantas outras expressões da “questão social” busca na assistência à solução de proteção social neste cenário de crise sanitária para sobrevivência. De acordo com Lima (2022) um novo perfil de usuários é traçado neste momento, são os trabalhadores, que mesmo na informalidade tinham uma garantia de renda antes da pandemia, e diante dos primeiros protocolos e decretos de segurança de proteção individual e coletiva para contenção da proliferação do vírus, caracterizaram o aumento em busca do benefício eventual de transferência de renda.

Mesmo com todos os protocolos orientando a necessidade do isolamento e distanciamento social para a proteção, o que se percebe são aglomerações de pessoas neste espaço sócio-ocupacionais à espera do atendimento, principalmente para a realização dos cadastros nos programas de transferência de renda o “Auxílio Emergencial”. Para Cavalcante, “a fila expressa relações sociais (homens e mulheres de diversos segmentos) [...], pois a fila é composta por gente, e há muita gente na fila” (CAVALCANTE, 2021, p. 211).

As filas revelam a contradição existente entre capital e trabalho, que na pandemia demonstrou a fragilidade da classe trabalhadora “fato é que as pessoas têm urgência, pois a fome e as necessidades materiais batem à porta de muitos lares brasileiros” (ARAÚJO, *et al*, 2020, n.p), e o que fazer nesta situação em que várias medidas sanitárias foram tomadas para evitar a disseminação do vírus? Percebe-se que mesmo neste panorama em tempos de pandemia a economia continuou acelerada e as famílias vivenciaram a mais drástica realidade moldada pelo capitalismo.

E nesse universo capitalista, sempre pensando na esfera de produção da mais-valia, a burguesia utiliza do Estado como mecanismo para manter sua estrutura de reprodução, culpabilizando os sujeitos “[...] sobre atitudes que reforçam a responsabilização da família como única responsável pelo desenvolvimento de seus indivíduos isentando o Estado e a sociedade de exercerem tal papel” (ARAÚJO, *et al*, 2020, n.p). Ou seja, o papel que o Estado assume agindo apenas simulando algumas ações via políticas públicas que são parciais e paliativas e não tratam as expressões da “questão social” na sua essência, que mostra a correlação de força existente para manter a ordem do capital (MÉSZÁROS, 2009).

Além disso, os desafios não foram postos somente às famílias, mas também a política pública de assistência social, ao impor a necessidade “de mitigar as consequências da pandemia na vida de muitas famílias brasileiras, buscando afiançar certas seguranças, dentre elas, a segurança de renda e segurança alimentar” (SOUZA, 2021, n.p). Neste momento de pandemia, pôde-se ver com maior intensidade a precariedade dos serviços públicos neste contexto de crise sanitária.

Com os serviços da assistência sobrecarregados pelas demandas diárias dos usuários, de acordo com os autores que trouxeram para a discussão a atuação profissional na pandemia, é “[...] possível detectar uma reatualização de perspectivas conservadoras e tendências baseadas no neotomismo e humanismo cristão no seio das requisições institucionais no campo da Política de Assistência Social” (FREITAS, 2021, p. 674). “Além da ação profissional de algumas e alguns assistentes sociais estar fundamentada em práticas conservadoras e com viés assistencialista, herança histórica da gênese da profissão e da própria assistência social” (SILVA, *et al*, 2021, p. 5), o momento exigiu dos profissionais respostas emergenciais diante da situação na pandemia.

Embora a profissão do Serviço Social seja construída nos “berços” conservadores com o objetivo de reforçar os valores cristãos exercendo as atividades

num caráter doutrinário, compreende-se que o amadurecimento do Serviço Social está vinculado às constantes modificações identificadas ao sistema capitalista a partir das relações sociais. Entender o papel que o assistente social assume não se limita apenas na luta pela ampliação de direitos por meio das políticas de assistência, reflete que atuação profissional esteja ligada ao Projeto Ético-Político profissional para além do horizonte.

Nesta direção, sobre a atuação profissional no contexto de pandemia, a prática é marcada pelo pragmatismo, as respostas das expressões da “questão social” diante da realidade agravada pela doença, no que diz respeito da atuação profissional teve caráter assistencialista ligada a ações da caridade cristã, política, “empresarial” e conservadora. Para Mota, neste cenário de pandemia:

[n]o que diz respeito ao trabalho profissional, afora as situações já sinalizadas, observa-se que a improvisação e os desacertos na condução das medidas de enfrentamento à Covid- 19 afetaram sobremaneira a atuação profissional, marcados que são pelo pragmatismo das medidas emergenciais, pelo crescimento do voluntarismo religioso, empresarial e associativo e pela dependência dos humores do mercado, num ambiente cultural regressivo e conservador (MOTA, 2021, p. 57).

A autora Freitas destaca a disputa pelos “projetos da Assistência Social” daquilo que o capital produz. Com a pandemia, as condições sociais e econômicas das famílias mais vulneráveis à miséria, à fome, ao trabalho, à moradia e entre várias expressões da “questão social”, aumentam a procura diária da população usuária aos serviços dos programas sociais nas instituições de referência dos municípios. Os equipamentos de proteção social que tem um papel essencial de atuação dos assistentes sociais em mediar as políticas sociais quanto aos direitos negados aos usuários, em contrapartida os profissionais e usuários deparam com os desmontes dos serviços públicos. Segundo Freitas, “percebemos durante a pandemia da COVID-19 uma reatualização e elogio ao pragmatismo, do incentivo a ações de cunho imediatista a partir do argumento de fornecer respostas à situação de calamidade (FREITAS, 2021, p. 666), diante dos benefícios de transferência de renda e segurança alimentar.

Para os autores supracitados, ao identificar posicionamentos profissionais ligados à prática conservadora, pragmática e imediatista, atitudes profissionais expostas num determinado período específico durante a pandemia, a trajetória da profissão na sociedade capitalista é coberta de enfrentamentos. Cabe reafirmar que a profissão defende uma atuação crítica vinculada ao projeto profissional do Serviço Social, e alerta sobre a importância do planejamento profissional por meio de ações individuais ou

coletivas, que devem estar ligadas às dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, que respaldam a autonomia dos assistentes sociais comprometidos com o Projeto Ético-Político do Serviço Social, na construção de ações que assegurem aos usuários os serviços pautados nos conhecimentos teóricos e práticos que a profissão exige em busca da quebra desse tradicionalismo.

Visto que, conforme os artigos relatam as dificuldades dos assistentes sociais que diretamente estiveram atuando no enfrentamento do coronavírus, não resta dúvidas que os profissionais enfrentam o desmonte dos serviços públicos. Além disso, o uso das novas ferramentas tecnológicas pelas plataformas e aplicativos de trabalho, que durante a pandemia substituiu diversos atendimentos presenciais, prejudicou o cotidiano do assistente social, como também dos usuários na demora dos atendimentos pelos usos desses recursos de maneira remota.

Durante a análise dos artigos, às inúmeras expressões da “questão social” com a fome, o desemprego e a miséria cada vez mais frequente retrata a realidade vivenciada por diversas famílias brasileiras, devido o agravamento da crescente onda do coronavírus que mundialmente acirrou as condições de trabalho da população mostrando as desigualdades de classe. É nítido que as expressões da “questão social” enfrentada pelas famílias é fruto do retrocesso causado pelas políticas governamentais que limitam a atuação profissional do assistente social e consequentemente inviabilizam o direito e acesso da classe trabalhadora aos serviços públicos.

Com a pandemia foram destacados pelos profissionais que em alguns espaços ocupacionais como o CRAS e o CREAS alguns usuários desconheciam a finalidade de cada equipamento “nesse período, aumentaram os atendimentos gerais do CREAS [...] pôde-se observar um desconhecimento sobre as funções e objetivos do CREAS por parte dos usuários, que em sua maioria acreditam que ele é um braço do CRAS” (SILVARES; PIRES, 2020, p. 146). No primeiro momento, a autonomia que o assistente social assume nestas situações se concretiza por meio da escuta qualificada às questões do cotidiano relatadas pelos usuários “e não podendo negar atendimento à população” (SILVARES; PIRES, 2020, p. 148).

Com o advento da pandemia, embora os serviços de assistência oferecidos no CREAS sejam direcionados a outras instituições, a emergência a partir da realidade de muitos usuários, “é importante pontuar que uma possível ação pós-pandemia seria o engajamento dos equipamentos em tornar conhecidas as suas atividades e diferenças de atuação, seja por meio informativos ou quaisquer outras ações” (SILVARES; PIRES,

2020, p. 146). Pautadas nestas observações, é relevante pensar de forma coletiva e criar estratégias de construção que garanta o acesso aos direitos diante das demandas apresentadas pelos usuários.

O Serviço Social como todo processo histórico da profissão foi construído através das relações sociais, sendo os assistentes sociais responsáveis através das políticas públicas por formular estratégias de intervenção social dentro das instituições contratantes de trabalho. Antes mesmo da chegada da pandemia, profissionais se depararam com as condições dos desmontes dos serviços de assistência.

Com a pandemia, seguindo as orientações dos protocolos de saúde e segurança para proteção contra a doença, a redução e o revezamento da equipe de trabalho e a sobrecarga das demandas, os(as) “trabalhadores(as) relatam que os locais de trabalho já se encontram sucateados antes da pandemia, tornando-se completamente insalubres tendo em vista as orientações sanitárias vigentes” (FREITAS, 2021, p. 662). Além disso, os artigos analisados apontam que os assistentes sociais estando “na linha de frente sem os equipamentos de proteção adequados, sem orientações oficiais e treinamentos contínuos para a prevenção ao contágio e propagação do vírus” (SILVA; FREITAS; LIMA, 2021, p. 8), assim colocando profissionais e usuários em risco a contaminação da doença.

Também teve grande destaque nos relatos dos assistentes sociais ao longo deste estudo os atendimentos para os cadastros de transferência de renda, o Auxílio Emergencial, realizado através do “aplicativo da Caixa Econômica Federal”, como consequência da dificuldade das famílias em acessar os dispositivos por causa de “inconsistências das informações e até mesmo dificuldades no acesso ao aplicativo e exclusão digital, muitas famílias buscaram os CRAS em busca de informações e até mesmo do recurso de internet para poder cadastrar-se e ter acesso ao benefício” (SOUZA, 2021, n.p.).

Cabe ressaltar que, para que fosse possível a realização dos cadastros dos usuários para o benefício do Auxílio Emergencial, “nota-se que o relacionamento dos beneficiários da política de assistência social tem como referência o sistema bancário” (CAVALCANTE, 2021, p. 210), pois foi viabilizado através da Caixa Econômica Federal. Com a pandemia no Brasil fora do controle sanitário, assistentes sociais apontam que “as informações disponibilizadas à população acerca do benefício emergencial não referenciam a política pública de assistência social, vinculada ao Sistema Único de Assistência Social - SUAS” (CAVALCANTE, 2021, p. 210), apesar

de se tratar de benefício emergencial conforme previsto na Constituição Federal de 1988.

O cadastramento, portanto, se fez presente no cotidiano profissional expressando a “nova morfologia do trabalho” (ANTUNES, 2018). Antunes, em seu livro “*O privilégio da Servidão: O novo proletariado de serviços na era digital*”, mostra que para alguns a “era digital” seria o modelo sonhado com os serviços oferecidos através das tecnologias digitais, “com o avanço das tecnologias da informação e comunicação (TICs), não foram poucos os que acreditaram que uma nova era de felicidade se iniciava” (ANTUNES, 2018, p. 24), essas inovações tecnológicas são comuns e estão atreladas a acumulação capitalista. Antunes destaca que essa modalidade de trabalho substituída pelos maquinários no qual a força de trabalho serviu para a “escravidão digital” intensificada com uso das tecnologias digitais.

Estamos presenciando o advento a expansão monumental do novo proletariado da era digital, cujos trabalhos, mais ou menos intermitentes, mais ou menos constantes, ganharam novo impulso com as TICs, que conectam, pelos celulares, as mais distintas modalidades de trabalho. Portanto, em vez do fim do trabalho na era digital, estamos vivenciando o crescimento exponencial do novo proletariado de serviços, uma variante global do que se pode denominar escravidão digital. Em pleno século XXI (ANTUNES, 2018, p. 35).

Com o mundo afetado por uma doença infecciosa provocada pelo coronavírus, o novo modelo da era digital tem precarizado o trabalho dos assistentes sociais, diante do aumento das demandas apresentadas dos usuários principalmente para os “benefícios socioassistenciais de transferência de renda e solicitação de cestas básicas” (SILVARES; PIRES, 2020, p. 145). Evidenciando que “A prestação de serviços imediatos em que interfere o assistente social contribui para que sejam atendidas as necessidades básicas e urgentes de sobrevivência das classes trabalhadoras, especialmente de seus segmentos mais pauperizados” (IAMAMOTO, 2022, p. 45).

Diante da calamidade da pandemia e a necessidade de respostas imediatas para a atuação profissional, o Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (CRESS/MG) se manifestou sobre as alternativas propostas de trabalho remoto aos assistentes sociais:

[a]creditamos que por ser uma modalidade nova de trabalho que se aprofundou em meio a uma crise sanitária foram diversas as exigências postas aos profissionais e ao conjunto CFESS/ CRESS que necessitavam de

respostas imediatas para a atuação profissional. Nesse sentido, é que compreendemos a preocupação e disponibilidade de assistentes sociais em contribuir com o conselho para juntos buscarmos a construção de respostas e normas a serem elaboradas para esse novo formato de trabalho (CRESS/MG, 2022, p. 6).

De acordo com o CFESS (2020) os assistentes sociais deveriam seguir os protocolos do “Ministério da Saúde” e para cada região, conforme as instruções das “autoridades locais”, “orientamos aos/às profissionais que negociem coletivamente junto às chefias o revezamento das escalas de trabalho, possibilitando a redução da presença física nos serviços, sem o comprometimento do atendimento à população” (CFESS, 2020). Além disso, para aqueles profissionais pertencentes aos grupos de riscos, que ficassem em casa realizando as atividades de modo remoto, sendo para o Serviço Social um desafio. Oliveira e Bolzan discorrem “[...] no que tange à apropriação das ferramentas e uso da tecnologia [...] se faz problematizar as tendências e os desafios presentes no atual contexto [...] em tempos de avanços da profissão na era tecnológica (OLIVEIRA; BOLZAN, 2022, s/p.).

O modelo de trabalho remoto realizado durante a pandemia por alguns assistentes sociais, impôs para muitos profissionais a necessidade de adaptar suas casas em espaços de trabalho para os atendimentos virtuais, das demandas institucionais e dos usuários. No documento elaborado pelo CRESS/MG, durante o processo de fortalecimento do capital surgem algumas mudanças para o desenvolvimento das forças produtivas, como a utilização das inovações tecnológicas na organização do trabalho.

A pandemia vem intensificando funções como o home office, ou teletrabalho etc., dificultando ações coletivas, a organização e a resistência sindical, de tal modo que esses experimentos ampliem ainda mais seu potencial de expansão nos serviços mercadorizados. O fato é que toda essa dinâmica tem colocado para as assistentes sociais o aguçamento das contradições vivenciadas no cotidiano de trabalho (CRESS/MG, 2022, p. 8).

No entanto, muitos profissionais não receberam das instituições contratadas, treinamentos, maquinários, mobiliário e acesso à internet, necessários para realizar os atendimentos diante das demandas institucionais de trabalho dos usuários, sendo os mesmos custeados pelos próprios profissionais. Assim, “[...] o chamado teletrabalho e/ou home office, que se utiliza de outros espaços fora da empresa, como o ambiente doméstico, para realizar suas atividades laborativas” (ANTUNES, 2018, p. 42), confirma que ‘somos reféns’, do modelo contemporâneo de produção. Pois além de

vender a força de trabalho, agora estamos fornecendo os nossos recursos e equipamentos para a execução do trabalho.

Nessa rotina de trabalho realizada remotamente na pandemia pelos assistentes sociais Carnellosi (2022, p. 130), nos diz sobre “a intensificação da robotização, da existência das relações sociais mediadas por telas conectadas pela internet”. Nota-se que diante da realidade da pandemia, o capital opera de acordo com o momento, os assistentes sociais enquanto classe assalariada não pode deixar “brechas” para a manutenção do capital, “diante desse cenário caracterizador da robotização da proteção social que se problematiza a incidência da atuação dos assistentes sociais em uma realidade profissional cada vez mais mediada e ameaçada pela adoção de tecnologias da informação e comunicação - TICs” (CARNELOSSI, 2022, p. 130).

No que se refere à atuação dos assistentes sociais diante da pandemia, a abertura do profissional em dialogar e acordar com as instituições contratantes provoca questionamentos, “[...] as/os trabalhadoras/es têm abertura para negociar com suas chefias?” (LANZA *et. al*, 2021, p. 127). É possível afirmar o quanto a pandemia compromete a rotina dos assistentes sociais, principalmente dentro das instituições públicas, visto que, a conjuntura política do país naquele período atacou diretamente os serviços da assistência que retrocede todas as conquistas de luta da classe trabalhadora. Devido a essas circunstâncias da precarização do trabalho presencial, os autores em tela questionam.

Há equipes suficientes para implementar escalonamento? *Os serviços contam com os equipamentos necessários para o trabalho remoto, proteção das/os profissionais e usuárias/os? O que é o teletrabalho? Como organizamos? Na manutenção do relacionamento com os usuários, uma vez que o caráter interventivo da profissão se expressa principalmente a partir do contato físico com usuários, como estabelecer vínculo pelo telefone e Internet? E os usuários que não têm acesso às tecnologias? Como construir o exercício com vistas à ampliação do acesso e coletivização de demandas? Como lidar com o medo da contaminação e o “abandono dos usuários” com as necessidades de fechamento ou redução do potencial dos serviços sociais?* (LANZA *et al*, 2021, p.127, grifos nossos).

E para aqueles assistentes sociais que atuaram de maneira remota em suas próprias casas? Observa-se que, os “impactos provocado pela pandemia foi o repasse dos custos de trabalho às/aos trabalhadoras/es provocando [...] a intensificação da exploração do trabalho assalariado e economia para as instituições empregadoras” (CFESS, 2020c *apud*, LANZA *et. al*, 2021, p. 129). Pois, com as orientações do distanciamento social muitos profissionais precisaram dividir o ambiente de casa com a

família, situações de trabalho ocorridas na pandemia que fortalecem ainda mais o capital, e sobrecarrega principalmente as mulheres.

O trabalho remoto, apoiado nas TIC's, além de se realizar em espaços inadequados (afinal, a casa não foi criada para o trabalho), transfere os custos aos(as) próprios(as) trabalhadores(as) (internet, pacote de dados, manutenção do computador, energia elétrica etc.) e traz maior impacto sobre as mulheres, pois, na tradicional divisão sexual do trabalho, são elas que assumem a responsabilidade pelas atividades domésticas, cuidados com crianças, idosos e doentes, sofrendo maior invasão do tempo de trabalho na vida privada (RAICHELIS; ARREGUI, 2021, p. 146).

Sobre o trabalho dos assistentes sociais realizados em casa ou nas instituições contratantes de trabalho, seguindo os protocolos de segurança da saúde e uso das ferramentas digitais sejam para os atendimentos realizados de maneira virtual ou presencial, “em nota, o CFESS informou que as modalidades de atendimento por videoconferência/remoto/online ainda não estão regulamentadas, tendo em vista as ponderações acerca da qualidade técnica dos serviços prestados” (CRESS/ MG, 2022, p. 17).

Nesse momento, presenciado em tempos de pandemia mundial do coronavírus, são colocados vários desafios para os assistentes sociais seguindo as recomendações dos órgãos de saúde, como em ambientes fechados as portas e janelas permanecem abertas para melhor ventilação (LANZA *et. al*, 2021). E para os atendimentos realizados em contato via telefone é levantada a questão “a pessoa que está ao telefone, ou utilizando outros meios remotos, pode estar em casa, no trabalho, na rua ou outros locais. Pode ainda estar sozinha ou acompanhada. Pode estar em local que assegure sua privacidade ou não” (CFESS, 2020, p. 9-10).

O exposto remete a preocupação da conduta profissional pautada nos princípios fundamentais da profissão sem infringir o Código de Ética do Serviço Social, quando no capítulo V sobre o sigilo profissional prevê:

Art. 15 Constitui direito do/a assistente social manter o sigilo profissional.
Art. 16 O sigilo protegerá o/a usuário/a em tudo aquilo de que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional. Parágrafo único em trabalho multidisciplinar só poderão ser prestadas informações dentro dos limites do estritamente necessário. Art. 17 É vedado ao/a assistente social revelar sigilo profissional (CFESS, 1993, p. 35).

Cabe ao profissional o posicionamento dentro das competências e atribuições privativas do Serviço Social. A atuação profissional nesses espaços sócio-ocupacionais requer do assistente social uma prática em defesa do Projeto Ético-Político, o assistente social tem a autonomia através das ações e prática do trabalho profissional, “... escolher caminhos, construir estratégias político profissionais e definir os rumos da atuação e, com isso, projetar ações que demarquem claramente os compromissos (ético-políticos) profissionais.” (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 11).

4.2 As estratégias e táticas profissionais: os caminhos traçados por assistentes sociais

De acordo com Iamamoto, o assistente social “trabalha a partir das expressões concretas das relações sociais no cotidiano da vida dos sujeitos e dispõe de relativa autonomia na condução do exercício de suas funções institucionais” (IAMAMOTO, 2021, p. 263). Conhecendo a realidade social que se fez presente no âmbito da assistência, profissionais relataram a necessidade de repensar as estratégias de trabalho profissional para o enfrentamento da pandemia em tempos tão desafiadores. É por meio dos espaços sócio-ocupacionais, com a aproximação direta com as demandas da população usuária, que se deve repensar de modo coletivo as estratégias profissionais da realidade social através da capacidade e habilidade materializada pelas dimensões Ético-Política, Teórica- Metodológica e Técnico- Operativa.

Partindo do conhecimento da realidade social no momento da pandemia da Covid-19, pensar nas estratégias profissionais numa perspectiva crítica dialética é fundamental para o rompimento de ações a respostas imediatas aos usuários. De acordo com Paula, “a construção de estratégias e táticas pode ser um instrumento de suspensão desse cotidiano para que o assistente social possa estabelecer em seu exercício profissional elementos que ultrapassem a rotina por vezes burocratizante das instituições” (PAULA, 2016, p. 191). Posto isso, para a atuação profissional as ações planejadas envolvem um conjunto de estratégias e técnicas instrumentais que efetivam o trabalho profissional, embora inicialmente tenham sido planejadas em curto prazo (MOTA, 2015), se fez necessário devido a gravidade da pandemia.

Essa relativa autonomia profissional varia de acordo com o presente momento e neste debate o período descrito foi provocado por uma doença infecciosa, o coronavírus. De imediato, foi preciso pensar, planejar e executar ações a partir das relações sociais na

garantia dos direitos dos serviços de assistência para a população usuária. Repensar as novas estratégias e táticas é pensar na sociedade como um todo, que se expressa a partir das ações e competências profissionais de maneira crítica para a transformação da sociedade vinculada aos “princípios fundamentais defendidos pelo projeto profissional em questão: a liberdade, a autonomia e a emancipação humana” (PAULA, 2016, p. 187).

Os artigos analisados foram centrais para este debate sobre a atuação dos assistentes sociais nos espaços ligados à política de assistência e reflexões sobre as possibilidades traçadas pelos profissionais em meio à crise sanitária da Covid-19. Refletir sobre a atuação do profissional “nos tempos sombrios e desumanos que vivemos na atualidade, agravados pela pandemia da COVID-19” (YAZBEK; RAICHELIS e SANT’ANA, 2020, p. 207), é pensar na qualidade dos atendimentos para não reproduzir respostas imediatas aos usuários diante das expressões da “questão social”.

Para o enfrentamento da pandemia “pontua-se a existência de inúmeras possibilidades de atuação, tanto nas ações coletivas quanto nas particularizadas, que permitem a reflexão e intervenções conjuntas com a população” (SILVA, *et. al* 2021, p. 5). Isso reflete a importância do planejamento das ações de trabalho como estratégias e táticas adotadas para o exercício da profissão seguindo as orientações recomendadas pelos órgãos de saúde.

Nos artigos analisados é feito o convite para a participação da classe trabalhadora nos espaços sócio-ocupacionais da assistência, conforme já mencionado no Art. 204 inciso II a “participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis” (BRASIL, 1988). Assim como no Art. 5º alínea a- “contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais” (CFESS, 1993, p. 29), com a participação ativa dos movimentos populares juntos a categoria dos assistentes sociais, que se fortalece a luta na garantia dos direitos dos usuários da assistência.

Freitas apresenta essa participação popular da seguinte forma: “é fundamental que assistentes sociais contribuam também para que sejam traçadas estratégias para a participação de usuários neste espaço coletivo” (FREITAS, 2021, p. 672). Nessa direção, Lima reafirma que o profissional precisa através dos conhecimentos, competências e atribuições desenvolver ações profissionais junto às instituições

contratantes a participação dos usuários para melhor direcionamento das ações profissionais. Segundo a autora supracitada:

pensar a dimensão ético-política da profissão é também pensar na organização coletiva dos trabalhadores, de movimentos sociais e de entidades representativas, além de ocupar e fortalecer espaços que propiciem refletir sobre o exercício profissional e estratégias de enfrentamento e resistência coletiva às condições impostas pelo capital [...] temos o desafio de desenvolver estratégias de trabalho que reforcem o caráter político-pedagógico da profissão que possibilite, em alguma medida, uma organização política dos usuários atendidos pelos serviços da política de Assistência Social (LIMA, 2022, n.p).

Cabe ressaltar que é por meio da participação coletiva dos assistentes sociais, enquanto classe trabalhadora, associada a sujeitos coletivos que se fortalecem os espaços da assistência e cria-se ações necessárias para o rompimento da lógica do sistema capitalista, ainda mais diante das contrarreformas e desmonte dos serviços da política de assistência.

Conforme Antunes (2018), que discorre sobre o desenvolvimento das forças produtivas ao novo modelo de trabalho pelo uso da tecnologia da informação e comunicação para o enfrentamento da Covid-19, o uso desses recursos esteve presente no cotidiano dos assistentes sociais de modo online. De acordo com os artigos analisados, o uso das ferramentas digitais tornou-se indispensável para o planejamento de estratégias e táticas profissionais, principalmente para a realização dos cadastros do Auxílio Emergencial. Considerando o contato direto com os usuários “é preciso destacar que para a realização do teletrabalho foi necessário recursos tecnológicos e de comunicação, a fim de garantir um contato com a população usuária dos serviços do SUAS, porém, cabe algumas ponderações” (SOUZA FILHO, 2022, n.p.).

Nesse contexto de pandemia Oliveira e Bolzan orienta os profissionais que o uso da tecnologia digital esteja fundamentada no Código de Ética do/a Assistente Social, nas Diretrizes Curriculares e na Lei de Regulamentação da Profissão que compõem o Projeto Ético-Político de uma ação planejada no cotidiano profissional, como destacam:

sobre o uso de tecnologias da informação, Veloso (2011) nos corrobora que essas se apresentam como potencial estratégico para o Serviço Social, desde que sua incorporação esteja subordinada aos princípios e valores fundamentais ao exercício profissional da/o assistente social (OLIVEIRA; BOLZAN, 2022, n.p.).

Pautadas nestas observações das estratégias e táticas profissionais desenvolvidas na pandemia, é importante formular estratégias coletivas que garantam o acesso aos direitos dos serviços de assistência prestados à população usuária, assim como reorganizar o planejamento de trabalho da própria equipe. Diante do aumento das demandas ocorridas durante a pandemia, houve a necessidade que os assistentes sociais parassem para refletir sobre a qualidade dos atendimentos previstos no Código de Ética do/a Assistente Social de 1993.

Os artigos analisados, mostram que os assistentes sociais que estiveram atuando durante a pandemia reforçaram a importância do planejamento. Com isso, gradativamente foram retomadas algumas atividades “estudo contínuo, reuniões semanais de equipe em formato *on-line*, retorno dos serviços nas instituições” (SILVA; FREITAS; LIMA, 2021). Avaliar a necessidade de visitas domiciliares aos usuários sem acesso telefônico ou que “troquem de número com alta frequência” (SILVARES; PIRES, 2021, p.148), foram algumas das estratégias e táticas adotadas pelos profissionais, que através de algumas técnicas e instrumentos de trabalho possibilitaram as intervenções necessárias para a garantia dos direitos dos usuários no contexto da pandemia.

É desafiador refletir a profissão em momentos de incertezas ao desmonte dos serviços da política de assistência, e tendo que adequar a prática profissional de forma inesperada como aconteceu durante a pandemia. Isso reforça a necessidade da luta coletiva que adeque as ações no cotidiano. Para Paula, “tomar essa necessidade como um ponto-chave a ser trabalhado em outras ações profissionais devidamente planejadas e estrategicamente pensadas pode ser um caminho diferente que nos permita expandir os nossos horizontes profissionais” (PAULA, 2022, n.p.). Com isso, é necessário de forma organizada repensar sobre as políticas que garantam os direitos da sociedade, para que isso ocorra torna-se primordial despertar a sociedade desses parâmetros alienantes e reprodutivos, a fim de, romper com o sistema capitalista (MÉSZÁROS, 2009).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visando responder o objeto questionado por essa pesquisa, sobre a atuação dos assistentes sociais na pandemia fez-se uma análise bibliográfica dos artigos no âmbito da política de assistência, através da metodologia crítico dialética aplicada por Marx. Com isso, se fez necessário repensar as ações cotidianas de trabalho em sintonia com o Projeto Ético-Político, para não reproduzir na prática respostas imediatas ou conservadoras diante da emergência das necessidades demandadas pelos usuários.

Além disso, o Sistema Único de Assistência se depara com sérias ameaças que têm impactado a qualidade dos serviços prestados à população usuária devido aos cortes no orçamento da política de assistência. De acordo com os relatos dos assistentes sociais, a precarização do trabalho nos serviços de assistência (RAICHELIS; ARREGUI, 2021) já sofria os desmontes antes mesmo da chegada da pandemia da Covid-19. Com a pandemia, as expressões da “questão social” ficaram ainda mais aparentes, isso porque tomaram grandes proporções aliada ao despreparo de toda a cadeia política dos governos municipais, estaduais e principalmente do governo federal. Este que visivelmente atuou agravando o contexto, atuando para retroceder todas as conquistas de luta da classe trabalhadora garantidos na Constituição Federal de 1988 e das políticas de assistência LOAS, PNAS e SUAS.

Diante desse desmonte ligado à lógica das políticas sociais neoliberais, a precarização dos serviços de assistência aponta os desafios profissionais devido às condições estruturais de trabalho que por consequência inviabilizam os direitos dos usuários. No entanto, trazer para essa discussão os caminhos adotados pelos assistentes sociais com a crescente demanda dos serviços na assistência é refletir as possibilidades que podemos planejar a partir deste momento. Nesse entendimento, Paula (2022) ressalta que a partir dessa realidade vivenciada pelos assistentes sociais durante a pandemia, é possível pensar e criar novas estratégias profissionais para o enfrentamento de desafios colocados à profissão, conforme a autora:

devemos aproveitar esse momento de tantos desafios para repensar as nossas ações, para rever os nossos instrumentos, para reconstruir as nossas estratégias e táticas, para realizar processos de avaliação e de planejamento – para que o nosso fazer profissional possa estar o mais sintonizado possível com as reais necessidades dos trabalhadores neste quadrante histórico (PAULA, 2022, n.p.).

As dificuldades de trabalho atravessadas no cotidiano profissional no contexto da pandemia fazem refletir que esse debate não termina aqui. Vale ressaltar que os assistentes sociais fazem parte da classe trabalhadora (PAULA, 2022). Além disso, neste momento de crise sanitária, como o da Covid-19, os serviços de assistência são essenciais para a sobrevivência. Os assistentes sociais “mesmo atuando na linha de frente, tiveram que realizar diversos movimentos em prol da defesa do direito da vacina” (SOUZA, 2021, n.p), pois, a categoria profissional não foi incluída como grupo prioritário no programa de vacinação nacional (SILVA; FREITAS; LIMA, 2021).

Esse cenário foi um grande desafio mediante as condições impostas pela crise sanitária, como profissionais que atuaram na linha de frente diante das contradições impostas pela conjuntura política ultraneoliberal conservadora do momento. Além disso, os assistentes sociais tiveram que adequar o uso das novas ferramentas da tecnologia da informação e comunicação. É nesse panorama, que os assistentes sociais estão ainda mais presentes para atender as demandas colocadas pelo capital, por isso, é necessário ir além daquilo que proporciona às instituições de trabalho contratantes. Com o intuito de fortalecer esses espaços em ações coletivas e individualizadas, repensar o planejamento como forma de reorganização das estratégias e táticas profissionais diante das velhas e novas expressões da “questão social”.

Posto isto, diante de tantos obstáculos, cabe a autonomia profissional por qual direção irá conduzir a prática profissional, não somente em situações de calamidade pública de saúde, mas em transformar a correlação das forças produtivas existentes, a fim de, romper com a ordem social alienante e controladora do capital. Dessa forma, para Iamamoto “O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar” (IAMAMOTO, 2022, p. 21), pautados nos conhecimentos teóricos e práticos que a profissão do Serviço Social defende, orientado pelo Projeto Ético-Político, no compromisso em fortalecer por meio dos espaços de luta a construção planejada de ações individuais e coletivas que assegure o direito da classe trabalhadora, capaz de romper com a contradição entre o capital e trabalho, presente no mundo contemporâneo por uma sociedade mais justa e equânime.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 1. ed. São Paulo: Ed. Boitempo, 2018. 364 p. ISBN 978-85-7559-635-7 (recurso eletrônico). Disponível em: <https://nestpoa.files.wordpress.com/2019/09/ra-ps.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2023.

ARAUJO, Arilene Lisboa de; SOUZA, Anna Beatriz Valentim; MEIRA, Ciria Dayanny Germano; SOUZA, Juciara Gomes de Matos; LIMA, Alexandra Silva de. A Relevância da Seguridade Social em Tempos de Pandemia: uma análise das implicações sociais para as famílias e para o Serviço Social. 4., 2020, João Pessoa. **Anais** [...]. João Pessoa: Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/72104>. Acesso em: 10 jun. 2023.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. As bases sócio-históricas de constituição da ética; a reprodução social das objetivações ético-morais. In: BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética**: fundamentos sócio-históricos. 3. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2010, p. 19-99.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. São Paulo: Ed. Cortez, 2017.

BERTOLLO, Kathiucha. Planejamento em Serviço Social: tensões e desafios no exercício profissional. **Temporalis**, Brasília, v. 16, n. 31, jan./jun., p. 333-356, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/11943>. Acesso em: 31 jan. 2023.

BEZERRA, Angélica Luiza Silva; MEDEIROS, Milena Gomes de. Serviço Social e Crise Estrutural do Capital em tempos de Pandemia. **Temporalis**, Brasília, v. 21, n. 41, p. 53-69, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/34423>. Acesso em: 05 jan. 2023.

BONETTI, Dilséa Adeodata (org.) *et al.* **Serviço Social e Ética**: convite a uma nova práxis. 9. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2008.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: 2009. p. 323-336. Disponível em: <http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/giselle.silva/politica-social-e-seguridade-no-brasil/textos/complementares/texto-1-boschetti-seguridade-social/view>. Acesso em: 21 jun. 2023.

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem?. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 140, p. 66-83, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/Wbf86mT4vwX6HvnSyRy3kkD/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 08 ago. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República [1988]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 ago. 2023.

BRASIL. **Decreto Federal no 10.282, de 20 de março de 2020**. Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. (Revogado pelo Decreto nº 11.077, de 2022). Brasília: DF, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10282.htm. Acesso em: 15 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993**. Lei Orgânica da Assistência Social. Brasília: DF, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm. Acesso em: 15 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020**. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm. Acesso em: 21 jul. 2023.

BRASIL. **Norma Operacional Básica do SUAS**. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. Brasília: DF, 2012. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf. Acesso em: 23 jul. 2023.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília: DF, 2004. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 29 jul. 2023.

BRASIL. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília: DF, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 16 jul. 2022.

CARNELOSSI, Bruna Cristina Neves. Robotização da Proteção Social: impactos e desafios à atuação profissional do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.144, p. 129-152, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/kmbRg6JmVGWvm7T4rWyg4GK/?lang=pt>. Acesso em: 05 ago. 2023.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 15. ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2012.

CAVALCANTE, Almira Almeida. Proteção Social e Pandemia da Covid-19: o lugar da transferência de renda. **Temporalis**, Brasília: DF, v. 21, n. 41, p. 205-218, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/34763>. Acesso em: 02 ago. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Lei nº 8.662, de 13 de março de 1993**. Código de ética do/a assistente social. Brasília, CFESS, 2012.

Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 16 ago. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Parâmetro para atuação de assistentes sociais na Política de Assistência Social**. Brasília: CFESS, 2011. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf. Acesso em: 20 jul. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Diálogos do Cotidiano-Assistente Social: Reflexão sobre o cotidiano profissional**. Brasília: CFESS, 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/12021Cfess-DialogosDoCotidianoVol1-Site.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Divulga nota sobre o exercício profissional diante da pandemia do Coronavírus**. Brasília: CFESS, 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1679>. Acesso em: 30 jul. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Os impactos do Coronavírus no trabalho do/a assistente social**. Brasília: CFESS, 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2020CfessManifestaEdEspecialCoronavirus.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Teletrabalho e Teleperícia: orientações para assistentes sociais**. Brasília: CFESS, 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Nota-teletrabalho-telepericiacfess.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2023.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DE MINAS GERAIS. **O trabalho de assistentes sociais mineiras e mineiros durante a pandemia**. Belo Horizonte: CRESS-MG, 2022. Disponível em: https://cress-mg.org.br/wp-content/uploads/2022/02/DOC-ESPECIAL-_COFI-_FEV21.pdf. Acesso em: 23 jul. 2023.

CNN BRASIL, **Mandetta diz que falta de equipamento de proteção impede flexibilizar isolamento**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/mandetta-diz-que-falta-de-equipamento-de-protecao-impede-flexibilizar-isolamento>. Acesso em: 14 ago. 2023.

CORREIO BRAZILIENSE. **“E daí?”, diz Bolsonaro sobre Brasil superar a China em mortes por covid-19**. Brasília, 2020. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/28/interna_politica,849392/e-dai-diz-bolsonaro-sobre-brasil-superar-china-em-mortes-por-covid.shtml. Acesso em: 07 jun. 2023.

FERNANDES, Laís Vargas; PINHEIRO, Luci FARIA. O Exercício Profissional do/a Assistente Social no Sistema Único de Assistência Social frente aos desafios que emergem da Pandemia da Covid-19, *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS*, 2022 cidade. **Anais [...]**. Cidades: EDITORA, 2022.

FREITAS, Renata Martins de. Serviço Social, Assistência Social e a pandemia da Covid-19: desafios e apontamentos. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 21, n. 2, p. 653-676, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/34059>. Acesso em: 05 ago. 2023.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade no trabalho do assistente social. *In*: CRESS/6ª Região. **Palestra proferida no Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais**, BH. 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Ed. Cortez, 2022. *E-book*.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no serviço social**: ensaios críticos. São Paulo: Ed. Cortez, 2022. *E-book*.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social / Marilda Villela Iamamoto. São Paulo: Ed. Cortez, 2021. *E-book*.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: Esboço de uma interpretação histórico- metodológica. 41. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2014.

LARA, Ricardo. Pandemia e capital: as repercussões da Covid-19 na reprodução social. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 20, n. 1, p. 53-69, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/30657/20731>. Acesso em: 25 jul. 2022.

LIMA, Camila Alves de Azevedo. A atuação do/da assistente social na política de assistência social: limites e possibilidades em tempos de pandemia. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 17., 2022. Brasília, **Anais [...]**. Brasília, 2022.

LISBOA, Camila Pereira. Pandemia e Aumento da Desigualdade de Renda no Brasil: desafios do SUAS. **Revista Desenvolvimento Social**. v. 27. n. 2, 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/view/4568>. Acesso em: 03 ago. 2023.

LANZA, Liria Maria Bettiol; FAQUIN, Evelyn Secco; SANTOS, Eliezer Rodrigues dos; CAMPANUCCI, Fabrício da Silva; SILVA, Carolina Camilo. Exercício Profissional do(a) Assistente Social: problematizações dos impactos da pandemia Covid-19. **Temporalis**, Brasília, v. 21, n. 41, p. 119-135, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/34483>. Acesso em: 08 ago. 2023.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos Filosóficos**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2008.

MARX, Karl. **Crítica da Filosofia de Hegel-Introdução**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2007. p. 29-50.

MÉSZÁROS, István. A importância do planejamento e da igualdade substantiva. *In*: MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2009.

MOTA, Ana Elizabeth. Seguridade Social em tempos de crise. *In*: MOTA, Ana Elizabeth (org.). **Cultura da Crise e Seguridade Social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Ed. Cortez, 1995.

MOTA, Ana Elizabeth. Serviço Social e Seguridade Social: uma agenda recorrente e desafiante. **Em Pauta**: teoria social e realidade contemporânea, n. 20, 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/164/189>. Acesso em: 27 jul. 2023.

MOTA, Ana Elizabeth. **O Mito da assistência social**: ensaios sobre estado, política e sociedade/Ana Elizabete Mota, (org.). São Paulo: Ed. Cortez, 2017. *E-book*.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político contemporâneo**. *In*: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 1996. 171 p.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 8. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica 8. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2012.

OLIVEIRA, Marcelo Nascimento de; BOLZAN, Isabella Fresnedas. Comunicação e exercício profissional do/a assistente social: desafios no contexto de uso das TIC's. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 17., 2022. Brasília, **Anais** [...]. Brasília, 2022.

OMS. **Proteja-se a si e aos outros contra a COVID-19**. Organização Mundial de Saúde. Disponível em: <https://www.who.int/pt/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>. Acesso em: 21 jul. 2022.

OPAS. **Histórico da pandemia de COVID-19**. Organização Pan-Americana de Saúde. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 10 ago. 2022.

PAULA, Luciana Gonçalves Pereira. Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social, Estratégias e Táticas na Contemporaneidade. *In*: PAULA, Luciana Gonçalves Pereira. **Estratégias e Táticas**: reflexões no campo do Serviço Social. Ed. Lumen Juris, 2016. p. 129-196.

PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de. Serviço Social e Pandemia: os desafios da realidade e a construção de estratégias profissionais. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS*, 17., 2022, Brasília. **Anais [...]**. Brasília, 2022.

PESSOA, Elisângela Maia; BERWIG, Solange Emilene; ALMEIDA, Andréia Cristina da Silva. Dimensões profissionais do Serviço Social: sistematização dos documentos do CFESS e da ABEPSS em tempos de pandemia. **Textos & Contextos**. Porto Alegre. v. 20, n.1, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/39472>. Acesso em: 16 jun. 2023.

PORTAL G1. **OMS declara pandemia de coronavírus**. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/11/oms-declara-pandemia-d-e-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 10 ago. 2023.

PORTAL G1. **Primeiro caso de covid-19 foi de vendedora de mercado de animais em Wuhan, diz pesquisa na 'Science'**. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2021/11/19/ghtml>. Acesso em: 11 ago. 2023.

RAICHELIS, Raquel; ARREGUI, Carola Carbajal. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 140, p. 134-152, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/MVGcWc6sHCP9wFM5GHrpwQR>. Acesso em: 25 jul. 2023.

RAICHELIS, Raquel. Tecnologia, Trabalho e pandemia no capitalismo em crise: admirável mundo novo? **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 144, p. 5-16, maio/set. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/345zbz7NtFJnx6MY7GQCLpw/?lang=pt>. Acesso em: 13 ago. 2023.

SANTOS, Cláudia Mônica; NORONHA, Karine. **O estado da arte sobre os instrumentos e técnicas na intervenção profissional do assistente social – uma perspectiva crítica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2013, p. 47-65.

SILVA, Fernanda Lima; SANDIM, Tatiana Lemos; MAGRI, Giordano Morangueira; LOTTA, Gabriela. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 5, p. 1458-1471, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/dxtKszM95g7BSNWxFF4PDgK/?lang=pt#>. Acesso em: 06 ago. 2023.

SILVA, Mossicléia Mendes. O projeto ético-político do Serviço Social do ciclo petista à escalada da extrema-direita. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 559-587, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/22839>. Acesso em: 30 jul. 2023.

SILVA, Rosicler Lemos da; FREITAS, Tais Pereira de; LIMA, Laura Cristina Gomes. CRAS porta de entrada/porta fechada: o exercício profissional da(o) assistente social e a

Covid-19. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, v. 21, p. 1-14, 2021. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao>. Acesso em: 12 ago. 2023.

SILVARES, Caroline Lane Lopes; PIRES, Isabela Maciel. Os invisíveis Sociais: o atendimento aos usuários da política de Assistência Social em tempos de pandemia. **Serviço Social em Perspectiva**, Montes Claros, v. 5, n.1. p. 138-150, 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/3229>. Acesso em: 03 jan. 2023.

SOUZA, Cristiane Gonçalves de. **Reflexões Sobre o Trabalho da(o) Assistente Social no SUAS Contexto de Pandemia**: a autonomia profissional em questão. 2021. In: 10 Jornada Internacional de Políticas Públicas. Trabalho alienado, destruição da natureza e crise de hegemonia: Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_848_84861278562eb967.pdf. Acesso em :15 ago. 2023.

SOUZA FILHO, Evaristo Pereira de. Notas sobre o teletrabalho no contexto da pandemia Covid-19: reflexões a partir do cotidiano profissional numa organização da sociedade civil, 2022. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 17., 2022. Brasília. **Anais [...]**. Brasília, 2022.

SPOSATI, Aldaíza. Suas e trabalho profissional: frágeis gritos e muitos sussurros. **Textos & Contextos**. Porto Alegre. v. 20, n. 1, p. 1-13, 2021. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fass/article/view/39301>. Acesso em: 13 ago. 2023.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: 2009. p. 217-235. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata_-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf. Acesso em: 06 ago. 2023.

TEIXEIRA, Rodrigo José. **Fundamentos do Serviço Social**: uma análise a partir da unidade dos núcleos de fundamentação das diretrizes curriculares da ABEPSS. 2019. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=7846813. Acesso em: 10 ago. 2023.

VASCONCELOS, Ana Maria. **A/O Assistente Social na luta de classes**. 1. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2015. p. 457- 503.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. In: GUERRA, Yolanda *et.al*. **Serviço Social e seus fundamentos**: conhecimento e crítica organizado. Campinas: Ed. Papel Social, 2019, p. 47-84.

YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel; SANT'ANA, RAQUEL. Questão social, trabalho e crise em tempos de pandemia. **Serviço Social & Sociedade**, São

Paulo, n. 138, p. 207-213, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/3k9rXGbp3TSLjKCrBw9tkC/?lang=pt>. Acesso em: 14 ago. 2023.